

ANDRÉ FABIANO VOIGT

IMIGRANTES ENTRE A CRUZ E A ESPADA

IMIGRAÇÃO ALEMÃ, CONFISSÃO RELIGIOSA E CIDADANIA NO VALE DO

ITAJAÍ (1847-1863)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. João Klug

FLORIANÓPOLIS

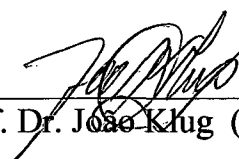
1999

IMIGRANTES ENTRE A CRUZ E A ESPADA
IMIGRAÇÃO ALEMÃ, CONFISSÃO RELIGIOSA E CIDADANIA NO
VALE DO ITAJAÍ (1847-1863)

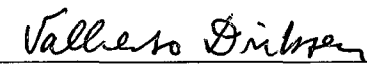
ANDRÉ FABIANO VOIGT

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL


BANCA EXAMINADORA



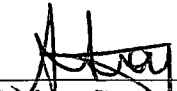
Prof. Dr. João Klug (Orientador/UFSC)



Prof. Dr. Valberto Dirksen (UFSC)



Profª. Drª. Eunice Sueli Nodari (UFSC)



Prof. Dr. Artur Cesar Isaia - Coordenador do PPGH/UFSC e Suplente

Florianópolis, 04 de novembro de 1999.

*Zum Andenken an Friedrich Richard Voigt (1841-1930),
der ein Opfer seiner Zeit war, sowie es jeder Mensch ist.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o auxílio de inúmeras pessoas e instituições que contribuíram significativamente com materiais e disponibilidade pessoal para atender as minhas dificuldades.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao CNPq, instituições que me subsidiaram para desenvolver este estudo.

Aos professores: Dr. João Klug; Dra. Eunice Sueli Nodari; Dr. Valberto Dirksen; Dr. Jorge Luiz da Cunha.

À diretoria e funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina; Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina; Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”, de Blumenau; Arquivo Histórico de Joinville; Fundação “Frei Godofredo” [hoje Fundação “Padre Alberto Gattone”], de Gaspar.

Aos que contribuíram com disponibilidade, informações e materiais particulares: Aderbal João Philippi; Aníbal Emílio Abadie-Aicardi; Beat Richard Meier; Genésio Deschamps; Leda Maria Baptista; Paulo Pinheiro Machado; Rolf Odebrecht; Tânia Regina Zimmermann; Toni Vidal Jochem; Vera M.B. Molenda.

Aos amigos, especialmente a: André Couto e Daniela; André Werle e Rosi; Chico Peixoto e Ana; Eduardo Baima e Cinthia; Marco Montandon e Patrícia; Marlon Salomon e Johanna; Fábio Hering; Guilherme Dimatos; Gustavo Lopez; Marcel Salomon; Marcos Stein; Osiris Machado Filho.

A meus pais, pela paciência e apoio.

A todos vocês, muito obrigado.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ZUSAMMENFASSUNG	7
INTRODUÇÃO	8
1. A LEGITIMAÇÃO DE UMA IGREJA OFICIAL DO ESTADO BRASILEIRO	14
2. O POVOAMENTO INFORMAL DE ALEMÃES NO VALE DO ITAJAÍ (1838-1860)	20
2.1 OBSERVAÇÕES SOBRE O PERÍODO DE MIGRAÇÃO (1838-1850).....	30
2.2 OBSERVAÇÕES SOBRE O PERÍODO DE MIGRAÇÃO (1850-1860).....	33
3. A FORMAÇÃO DA COLÔNIA BLUMENAU (1846-1860)	34
4. A FREGUESIA DE SÃO PEDRO APÓSTOLO DE GASPAR E AS DESAVENÇAS COM A COLÔNIA BLUMENAU	57
4.1 A QUESTÃO DE LIMITES GASPAR/ BLUMENAU	60
4.2 A QUESTÃO DOS CEMITÉRIOS CATÓLICO E EVANGÉLICO-LUTERANO	69
4.3 CASAMENTOS MISTOS	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
ANEXOS.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	95

NOTA SOBRE AS CITAÇÕES

Todas as citações desta dissertação foram feitas *ipsis litteris*, conservando-se a ortografia e inclusive os eventuais erros gramaticais do original citado. As citações dos trabalhos escritos no idioma alemão foram traduzidas pelo autor, excetuando-se o seguinte livro, traduzido por Vera M. B. Molenda :

STURZ, J.J. Die Auszüge aus Herrn Blumenau's Briefen. **Die deutsche Auswanderung und die Verschleppung deutscher Auswanderer.** Berlin: Fr. Kortkamp Verlag, 1868. p. LXV- XC.

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar as relações Estado/Igreja em meados do século XIX no Brasil, bem como suas conseqüências para a imigração alemã não-católica na região do Vale do Itajaí, principalmente na antiga colônia Blumenau.

A Igreja Católica Apostólica Romana era a Igreja oficial do Império brasileiro, e de acordo com a Constituição outorgada de 1824, todas as outras religiões seriam permitidas em seu culto doméstico ou particular em casas para isto destinadas, sem aspecto exterior de templo. Contudo, os direitos plenos de cidadania dos imigrantes não-católicos foram severamente restringidos.

De qualquer modo, o Governo Imperial interessou-se pelos projetos de desenvolvimento das províncias do Sul do Brasil por parte de empresários alemães, os quais fomentaram a imigração alemã não-católica.

Como os assuntos eclesiásticos eram tratados pelo Governo Imperial e como a Igreja Católica no Brasil considerava-se independente de Roma, foram concedidos gradativamente aos imigrantes alemães não-católicos os seus direitos de cidadania, principalmente em relação à validade civil dos registros eclesiásticos evangélicos, que até 1863 não possuíam tal validade.

Por isso também ocorreram muitos desentendimentos entre a colônia Blumenau e a paróquia católica vizinha de Gaspar: ambas estavam se esforçando em preservar seus direitos religiosos. Os principais pontos de discórdia foram a questão de limites entre as duas comunidades, os enterros de fiéis católicos no cemitério evangélico de Blumenau e os casamentos mistos entre ambas as religiões, bem como os batismos dos filhos nascidos destes casamentos.

Após tais desavenças, o Governo Imperial começou a observar com mais respeito os direitos dos imigrantes não-católicos no Brasil, abrindo caminhos rumo à definitiva separação entre Estado e Igreja.

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Dissertation soll die Beziehungen Staat/Kirche in der Mitte des 19. Jahrhunderts in Brasilien, sowie ihre Konsequenzen für die deutsch-evangelische Einwanderung in der Gegend des Itajaí-Flusstal, besonders in der ehemalige Kolonie Blumenau, analysieren.

Die apostolisch-römisch-katholische Kirche war die Staatsreligion im Kaiserreich Brasilien und gemäß der brasilianischen Verfassung von 1824, sollten alle übrigen Glaubensbekenntnisse erlaubt sein, einschließlich der Gottesdienste in Privathäusern, ohne äußerliche kirchliche Aspekte. Trotzdem wurden den deutsch-evangelischen Einwanderern in Brasilien die Bürgerrechte stark beschränkt.

Jedenfalls interessierte sich die brasilianische Regierung für die Entwicklungsprojekte deutscher Unternehmer in den Provinzen Südbrasilien, die die deutsch-evangelische Einwanderung gefördert hatten.

Da die kirchlichen Angelegenheiten von der brasilianischen Regierung behandelt wurden, und die katholische Kirche in Brasilien von Rom unabhängig war, wurden allmählich den deutsch-evangelischen Einwanderern gewisse Bürgerrechte zugestanden, besonders im Bezug auf die Führung der Kirchenbücher und Register, was bis 1863 nicht erlaubt war.

Dies war auch der Grund vieler Streite zwischen den Kolonie Blumenau und der benachbarten katholischen Gemeinde Gaspar: beide waren bemüht, ihre religiösen Rechte zu wahren. Hauptstreitpunkte waren die Bestimmung der Grenzen zwischen den beiden Gemeinden, die Beisetzungen katholischer Toten auf dem evangelischen Friedhof von Blumenau und die gemischten Ehen, sowie die Taufe der aus diesen Heiraten stammenden Kinder.

Infolge dieser Streitigkeiten fing die brasilianische Regierung an, auch auf die Rechte der evangelischen Einwanderer zu achten, und so öffneten sich Wege zur Trennung von Staat und Kirche.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a problemática da oficialidade religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana dentro do território brasileiro, declarada pela Constituição imperial outorgada de 1824, o seu contraponto com a imigração e migração de não-católicos na região do Vale do Itajaí no Estado de Santa Catarina, ocorrida informalmente desde 1847, e os problemas decorrentes da marginalidade destes imigrantes no processo de incorporação à cidadania brasileira até a publicação da Lei imperial n. 3069, de 17 de abril de 1863, que regulamentou os registros de não-católicos no território nacional.

A temática da imigração e colonização no Estado de Santa Catarina é desde longo tempo estudada e cada vez mais estão sendo vislumbrados novos aspectos deste contexto histórico.

O primeiro trabalho que evidenciou os pontos principais da colonização em Santa Catarina foi o livro de Jacintho Antonio de Mattos,¹ publicado em 1917 e baseado em fontes primárias, das quais muitas ainda estão por serem descobertas.

Após o trabalho de Mattos, o livro de Walter Fernando Piazza² seguiu as indicações do livro de 1917, trabalhando com maior ênfase nas colonizações açoriana e italiana.

O primeiro pesquisador que trabalhou especificamente a região do Vale do Itajaí foi José Ferreira da Silva,³ que em 1933 publicou a primeira edição de uma biografia do

¹ MATTOS, Jacintho Antonio de. Colonização do Estado de Santa Catharina: dados históricos e estatísticos (1640-1916). Florianópolis: Tipografia "O Dia", 1917.

² PIAZZA, Walter F. A Colonização de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Lunardelli, [1980?].

³ SILVA, José Ferreira da. O Doutor Blumenau. Florianópolis: EDEME/ Paralelo 27, 1995.

Dr. Blumenau, explorando detalhes da vida do fundador relacionados ao seu projeto de colonização alemã no Sul do Brasil.

Karl Fouquet ⁴ publicou, no livro comemorativo do centenário de fundação da cidade de Blumenau, uma biografia mais pormenorizada que a de Ferreira da Silva, baseada em fontes primárias até aquele momento inéditas.

O historiador Carlos Ficker ⁵ publicou um artigo na revista "Blumenau em Cadernos", onde pela primeira vez trouxe à tona os problemas religiosos na colônia Blumenau na década de 1860, transcrevendo documentos importantes sobre este assunto.

Finalmente, a historiadora Maria Zilene Cardoso ⁶ defendeu sua dissertação acerca do desenvolvimento do município de Gaspar, onde os problemas político-religiosos com a colônia Blumenau foram tratados como uma tentativa do Dr. Blumenau de retardar a colonização em Gaspar. Todavia, este contexto histórico de desavenças religiosas parece ser mais complexo e não apenas restringido à esfera local, mas sim, como parte de uma política imperial com repercussões locais.

* * *

Toda pesquisa histórica, especificamente delimitada com recortes temáticos e espaço-temporais, por definição, não contém elementos que expliquem um contexto na

⁴ FOUQUET, Carlos. Vida e obra do Doutor Blumenau. **Centenário de Blumenau**. Blumenau: Comissão dos Festejos, 1950. p. 52-115.

⁵ FICKER, Carlos. O problema religioso na Colônia Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo VIII, n.8, abril 1967.

⁶ CARDOSO, Maria Zilene. **Gaspar, século XIX: as dificuldades para o seu povoamento inicial e a desmistificação de uma dependência**. Florianópolis: UFSC (dissertação de mestrado), 1991. 246 p.

sua totalidade. Desse modo, a pesquisa histórica é apenas uma forma de *compreender* alguns aspectos de uma ação social. Diante deste quadro, a *compreensão* só se torna possível a partir de limitações feitas à realidade histórica.

Segundo Max Weber, compreender significa apreender pela interpretação e pela investigação e a partir do todo, o sentido de uma ação social ou de um comportamento humano, seja individual ou coletivo, como também apreender o significado de uma conexão de sentido.⁷ Como as ações humanas são expressões de uma consciência, faz-se necessária uma relação a valores (*Wertbezogenheit*), para que sejam compreensíveis os motivos e interesses de determinadas ações humanas.

Cabe, contudo, esclarecer que portar-se em relação a valores não significa, de modo algum, fazer juízos de valor (*Werturteile*), pois eles são puramente subjetivos, enquanto que considerar-se em relação a valores significa que o intelectual estuda determinado objeto e suas implicações na sociedade sem, contudo, definir sua opinião pessoal a respeito do tema.

Para compreender algumas facetas de uma ação social, Weber propõe a construção de *tipos ideais* para definir racionalmente o objeto do conhecimento a ser estudado:

A construção de uma ação rigorosamente racional, de acordos afins, por causa da sua clara inteligibilidade e falta de ambigüidade racional, serve à sociologia como um tipo ideal. Assim somos auxiliados em nossa compreensão da maneira pela qual a ação real orientada de acordos afins é influenciada por fatores irracionais de todo tipo (tais como emoção, erros) e que

⁷Cf. WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. **Metodologia das ciências sociais**. Vol. 2. São Paulo: Cortez; Ed. da Unicamp, 1992. p.399-404.

*podem então ser classificados como desvios da lição original hipotética.*⁸[grifo nosso]

Conforme Weber, *tipo ideal* significa “um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico, e com o qual esta é comparada.”⁹

A formulação de *tipos ideais* nas Ciências Sociais e na História são, na teoria weberiana, chaves heurísticas da realidade empírica, onde a compreensão da realidade, que se mostra muito mais ampla do que a capacidade humana de explicá-la, se dá a partir de formulações racionais típicas, as quais não se encontram de forma pura na empiria, e vão sendo analisadas em todas as suas implicações práticas, sendo, portanto, problematizadas.

Nesta pesquisa histórica, um procedimento teórico-metodológico pertinente seria analisar tipologicamente a **Igreja oficial do Estado**, caracterizada pela legislação imperial brasileira como uma autoridade legítima. O conceito de autoridade legítima, para Weber, diz respeito à orientação de uma relação social por parte de indivíduos que representam uma coletividade. Mas, para isso, tal autoridade precisaria ser considerada “válida”. Esta validade, contudo, pode se dar a partir das seguintes maneiras:

⁸WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Moraes, 1989, p. 12-13.

⁹WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. **Metodologia das ciências sociais**. Vol. 1. São Paulo: Cortez; Ed. da Unicamp, 1992. p. 140.

- tradição;
- ligação emocional;
- crença racional no seu valor absoluto;
- legalidade instituída.¹⁰

Neste contexto de caracterização de uma autoridade legítima, pode se afirmar que a Igreja Católica no Brasil teve sua autoridade legitimada de modo mais marcante pela **tradição** da religiosidade ibérica aplicada ao Novo Mundo e pela **legalidade instituída** pela Constituição de 1824.

No decorrer deste trabalho, serão construídos os seguintes tipos ideais:

- **Igreja oficial do Estado**, para compreender a problemática das relações existentes entre o poder da legislação imperial brasileira e da Igreja Católica sobre o cotidiano local dos colonos alemães não-católicos no Vale do Itajaí;
- **Cidadania brasileira**, para compreender a relação entre os critérios declarados pela legislação brasileira para a formação de cidadãos brasileiros e a comparação com o que se mostrava na prática.

No primeiro capítulo, abordar-se-á de forma introdutória o modo pelo qual a Igreja católica brasileira afirmou a sua autoridade dentro do cenário do Brasil imperial e as contradições internas da Constituição outorgada de 1824, dadas as características do catolicismo tradicional brasileiro de origem ibérica.

Na segunda parte desta dissertação, far-se-á uma breve apreciação regional das características básicas do povoamento realizado por colonos alemães no Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século passado.

¹⁰WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**, São Paulo: Moraes, 1989, p. 67.

No terceiro capítulo será analisado, paralelamente à migração informal de alemães para o Vale do Itajaí, o modo pelo qual a instalação da colônia Blumenau, composta nos seus primeiros anos praticamente por imigrantes não-católicos, obteve aceitação por parte do Governo Imperial. Por isso, será observado o processo de formação da colônia Blumenau, desde 1846, quando o Dr. Blumenau chegou ao Brasil, até o contrato com o Império brasileiro em 1860.

Posteriormente, serão abordados no quarto capítulo os principais pontos de conflito entre católicos e evangélico-luteranos no Vale do Itajaí principalmente após 1861, ano da fundação da freguesia de São Pedro Apóstolo de Gaspar, a saber:

- a questão de limites entre Blumenau e Gaspar;
- as questões referentes aos cemitérios católico e evangélico-luterano de Blumenau;
- o problema dos casamentos mistos entre membros dos dois credos predominantes em Blumenau e arredores.

A partir destes pontos de conflito, serão analisadas as resoluções tomadas pelos governos provincial e imperial, a fim de compreender o sentido destas providências no seu contexto histórico e político.

1. A LEGITIMAÇÃO DE UMA IGREJA OFICIAL DO ESTADO BRASILEIRO

O processo de colonização do Brasil pelos portugueses foi, desde o início do século XVI, marcado pela expansão da fé católica pelo Novo Mundo, reafirmando a tradição ibérica da identificação da autoridade secular (o Rei) com a autoridade divina (Deus).

A partir desta premissa, consolidou-se no catolicismo romano em Portugal uma tradição de independência em relação à Santa Sé no que dizia respeito às decisões eclesiásticas, o que foi caracterizado como o **regalismo português**.

O regalismo em Portugal teve fundamento na Idade Média. Através da Bula da Cruzada, foram concedidas indulgências aos que se alistavam nas legiões de cavaleiros cristãos para lutarem nas Cruzadas contra os muçulmanos. Quando o papa João XXII, em 1319, instituiu a Ordem de Cristo, ordem religiosa e militar, para suceder à Ordem dos Templários, foi concedido ao então Rei D. Dinis o direito de nomear cavaleiros para as sedes vacantes localizadas em terras conquistadas pelos mouros, bem como proceder com a apresentação e a colação dos curas.¹¹

Um século mais tarde, foi concedida ao Rei de Portugal pelo Papa Eugênio IV a incumbência de recolher os dízimos eclesiásticos no Ultramar, para empregá-los na propagação e manutenção da fé católica.¹² O recolhimento dos dízimos eclesiásticos pelo Rei de Portugal representou, na época, uma medida que tornava a atuação das

¹¹ RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico**. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 35.

¹² GÉRSO, Brasil. **O Regalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978. p.19.

autoridades eclesiásticas dependente da autoridade secular, fixando uma relação estreita entre Igreja e Estado em Portugal.

Assim, Portugal foi, ao longo do tempo, desenvolvendo um catolicismo com características nacionais, onde havia uma grande identificação entre a Igreja e o Estado. Esta prática ocasionou no Brasil, não obstante, a formação de um clero por vezes analfabeto e ligado muito mais às crendices populares do que aos ensinamentos da fé cristã.

Em 1822, no momento da independência política do Brasil, a administração do Primeiro Reinado continuou a preocupar-se com a formação da soberania do Estado brasileiro, calcada nas bases da identificação entre Igreja e Estado. O Imperador herdou as características regalistas de Portugal, de modo que podia nomear os bispos e arcebispos,¹³ bem como as bulas papais precisariam do *placet*, isto é, da aprovação imperial para possuírem validade dentro do Brasil. Além disso, a oficialidade da religião Católica Apostólica Romana dentro do território nacional foi garantida a partir da Constituição outorgada de 1824.¹⁴ No Artigo 5º. da Constituição de 1824, afirma-se:

*A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permittidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior de Templo.*¹⁵

¹³ GÉRSON, op.cit., p. 50.

¹⁴ A Constituição de 1824 foi outorgada pelo Imperador D. Pedro I sem o consenso com o Poder Legislativo Imperial.

¹⁵ BRASIL. **Constituição outorgada de 1824, art. 5.** Coleção de Leis do Império do Brasil. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

Contudo, o artigo seguinte realça, embora de forma contraditória, a liberdade de confissão religiosa do cidadão brasileiro:

São Cidadãos Brasileiros:

[...]

*V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião.*¹⁶

O parágrafo V do artigo n.179 reafirma os direitos de confissão religiosa no Brasil:

*Ninguém póde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Publica.*¹⁷

O artigo n. 91 garantia o direito de voto aos estrangeiros naturalizados. No entanto, já no artigo n. 95, restrições eram feitas no que dizia respeito à sua elegibilidade:

Todos os que podem ser Eleitores, são habéis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se:

[...]

II. Os Estrangeiros naturalisados.

*III. Os que não professarem a Religião do Estado.*¹⁸

Dessa forma, estabeleciam-se sérias contradições na Constituição de 1824. Ao mesmo tempo em que a carta constitucional assegurava a vinda de não-católicos para o

¹⁶ Id., op.cit., art. 6, § V.

¹⁷ Id., op. cit., art. 179, § V.

¹⁸ Id., op.cit., art. 95.

Brasil e lhes garantiu direitos de cidadania, limitou-lhes a liberdade de culto e a participação na vida pública.¹⁹

Por conseguinte, essa ambigüidade da carta constitucional trouxe problemas aos imigrantes não-católicos no Brasil, sendo considerados, portanto, cidadãos de segunda categoria.

Durante a época imperial brasileira, desde 1824 chegaram levas de imigrantes não-católicos no território brasileiro, em sua maioria pertencentes à etnia alemã e de religião evangélico-luterana, embora no fim da época colonial já constassem imigrantes não-católicos nas experiências colonizadoras em 1819 em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

Um dos mais eficientes instrumentos de restrição da liberdade religiosa no Brasil imperial era o padroado, a expressão mais completa da abrangência do regalismo imperial dentro do território brasileiro. De acordo com o padroado brasileiro, os vigários católicos, além de exercerem as atividades eclesiásticas, eram responsáveis, em caráter de exclusividade, pelos serviços de registrar os eventos vitais (batismos, casamentos e óbitos) e a demarcação dos lotes de terra de suas paróquias. A validade civil destes registros era exclusiva da Igreja Católica no Brasil. Assim, quem não fosse registrado na igreja católica, não seria, na prática, considerado cidadão brasileiro pleno.

* * *

O processo de aceitação de protestantes no Brasil não foi imediato, nem pacífico. As primeiras colônias protestantes eram uma novidade no cenário nacional. Como o Governo Imperial, desde o Primeiro Reinado, se preocupava com a substituição gradual

¹⁹ RIBEIRO, op.cit., p.32.

da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra branca assalariada, com o intuito de, paralelamente, branquear a população brasileira e promover a pequena propriedade agrícola, criaram-se colônias no do Brasil Meridional com elementos não-ibéricos procedentes dos países da Europa central. A preferência de se trazerem colonos católicos para o Brasil foi desrespeitada desde as primeiras colônias, devido ao fato de que boa parte do contingente apto a emigrar para o Brasil não pertencia à religião católica, mas sim à religião evangélico-luterana. Por isso, gerou-se inicialmente uma situação de isolamento institucional e legal destes protestantes, que em um primeiro momento precisaram até mesmo transigir com a religião do Estado.²⁰ Um fator fundamental para a sobrevivência dos evangélicos instalados em colônias em um país oficialmente católico e com restrições à participação de estrangeiros na vida pública era o sentimento de cooperação entre os colonos. Em decorrência disso, as colônias foram, aos poucos, adquirindo estruturas próprias de administração. Um caso destes foi o emprego de colonos leigos como ministrantes de cultos protestantes, como forma de suprir a escassez de pastores luteranos nas colônias alemãs.²¹

Não obstante, muitas comunidades protestantes de colônia foram se estabelecendo aos poucos, inclusive com pastores trazidos para o Brasil contratados pelo Governo Imperial com direito a salário. O exercício destes pastores era como no seu país de origem. Administravam os cultos em Igrejas protestantes (que no Brasil não poderiam ter aspecto exterior de templo), batizavam, casavam, sepultavam e, quando a comunidade não tinha um professor próprio, ensinavam em escolas, que inicialmente

²⁰ RIBEIRO, op.cit., p. 81.

²¹ Id., op.cit., p. 84.

serviram como templos. De qualquer modo, a atuação dos pastores protestantes nas colônias era oficialmente **apenas tolerada** no Brasil oficialmente católico, mesmo que estes pastores fossem contratados pelo Governo Imperial.²²

Dentro deste contexto de protestantismo de colônia²³ estava a colônia Blumenau, situada na região do Vale do Itajaí na então província de Santa Catarina, fundada em 1850 por imigrantes alemães evangélico-luteranos. Entre a colônia Blumenau e a paróquia católica da localidade vizinha de Gaspar houve sérias desavenças entre lideranças católicas e evangélico-luteranas, o que proporcionou a observação clara de que providências deveriam ser tomadas em nível provincial e, se possível, em nível imperial.

Mas, para a compreensão do contexto regional de desavenças na região de Blumenau, é necessário observar os aspectos principais do povoamento do Vale do Itajaí por colonos alemães em meados do século passado.

²² Id., op.cit., p. 85.

²³ Protestantismo de colônia é um conceito usado por Boanerges Ribeiro para definir os protestantes que vieram da Europa central e se instalaram em colônias nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul desde meados do século XIX, em comparação ao protestantismo dos missionários presbiterianos e metodistas que atuaram no mesmo período na Província de São Paulo.

2. O POVOAMENTO INFORMAL DE ALEMÃES NO VALE DO ITAJAÍ (1838-1860)

O processo inicial de povoamento de colonos alemães na região do Vale do Itajaí estava diretamente relacionado à migração de alemães da colônia São Pedro de Alcântara.

A colônia São Pedro de Alcântara, fundada em 1º de março de 1829 com aproximadamente 635 imigrantes, foi uma das colônias que mais contribuiu para a dispersão de imigrantes e descendentes para várias regiões do Estado de Santa Catarina.

São Pedro de Alcântara foi fundada com o objetivo de estabelecer duas povoações no caminho do sertão que conduzia de São José a Lages. Este era um projeto do coronel João Alberto Miranda Ribeiro, datado de 1793²⁴ e reiterado em seu relatório em 1797:

O outro objecto, q. tambem contribuiria m.^{to} p.^a o aumento da cultura desta Ilha, he afundação deduas Freguezias no Caminho do Certão q. vai p.^a a V.^a das Lages, como eu já propus a V. Excia. no meu officio n.º 67, sendo certo q. este projecto não sepode meter empratica sem q. S. Mag.^{de} despenda p.^a cada huma aomenos dez mil cruzados, como já tive a honra de fazer ver a V. Ex.^a no referido meu Officio: mas então severia hum aumento consideravel da População, na cultura, no comercio, nos Reaes Dizimos, [...]oferecendo a subsistencia das Tropas q. se retirassem p.^a a Terra firme depois denão poderem concervar-se nesta Ilha, contra os Inimigos q. a atacassem.²⁵

²⁴ Cf. MATTOS, Jacintho Antonio de. *Colonização do Estado de Santa Catharina: dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. Florianópolis.: Tipografia "O Dia", 1917. p. 37.

²⁵ RIBEIRO, João Alberto de Miranda. Relatório dirigido ao Vice-Rei de Portugal de 17.11.1797, apud LAYTANO, Dante de. *Corografia da Capitania de Santa Catarina. Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 245, out.-dez. 1959, p. 161.

Ficava, portanto, clara a necessidade de um núcleo populacional estrategicamente situado no sertão de Santa Catarina, de modo que a invasão dos espanhóis no litoral catarinense, fato ocorrido vinte anos antes (1777), não encurralasse os militares portugueses no litoral, deixando-os à mercê dos invasores, mas sim, que ficassem protegidos e abastecidos pelas freguesias no caminho a Lages. Nota-se, portanto, que ainda em 1797, a iminência de uma nova invasão e também de um novo fracasso das tropas portuguesas era uma preocupação real.

Não obstante, apenas em fins de 1828 veio o contingente de colonos esperados para executar o projeto de Miranda Ribeiro. Os primeiros colonos alemães de Santa Catarina chegaram em duas embarcações a Desterro: o brigue “Luiza”, em 7 de novembro de 1828, com 276 pessoas a bordo e o bergantim “Marquez de Vianna”, que chegou no dia 12 de novembro de 1828 com 359 colonos. Estes colonos foram despachados do Rio de Janeiro pelo Inspetor de Colonização Estrangeira, Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros em 28 de outubro de 1828.²⁶

Os recém-chegados foram estabelecidos inicialmente às margens do rio Maruim, entre as freguesias de São José e Lages, junto à fazenda do sargento-mor de São José, Silvestre José dos Passos (1768-1850), em 1º. de março de 1829. Esta data se convencionou como a data de fundação da colônia.²⁷

Para o melhor estabelecimento dos colonos, foi prometida pelo Governo Imperial a diária de 160 réis durante um ano, quantia que seria paga pela Junta da Fazenda provincial.²⁸

²⁶ Cf. MATTOS, op.cit., p. 40.

²⁷ Cf. Id., op.cit., p. 42-45.

²⁸ Cf. Id., op.cit., p. 42.

No entanto, de acordo com o Relatório do ano de 1830, redigido em 1º. de dezembro daquele ano pelo então Presidente da Província Miguel de Souza Mello Alvim, os subsídios prometidos pelo Governo Imperial não foram pagos integralmente:

A Colonia Aleman de S. Pedro de Alcantara composta actualmente de 158 Familias com 652 individuos assaber do Sexo Masculino 377, edo Feminino 275, tem suportado ultimamente grande vexame com a suspensão dos subsidios que para alimentos [...]suprirão o Governo por espaço dehum anno, cujo ultimo pagamento teve lugar em Julho passado[...] ²⁹

Posteriormente, a Lei orçamentária do Império de 15 de dezembro de 1830 afirma no seu artigo n.º 4:

*Fica abolida em todas as Provincias do Imperio a despeza com a colonisação estrangeira.*³⁰

Dessa forma, efetivou-se algo que já estava acontecendo com as despesas imperiais relativas à colonização alemã, comprometendo, assim, qualquer esperança de desenvolvimento da colônia São Pedro de Alcântara. No entanto, os imigrantes nela estabelecidos não podiam simplesmente cruzar os braços. Se o auxílio do Governo Imperial foi cortado, a solução era estabelecer-se em pequenas propriedades rurais no interior ou migrando para outras regiões mais promissoras.

²⁹ ALVIM, Miguel de Souza Mello. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina do ano de 1830**. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p. 7-8.

³⁰ BRASIL. **Lei Orçamentária Imperial de 15.12.1830**. Decretos Imperiais 1827-1831. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Vol. 15, p.271.

Já em 19 de maio de 1830, portanto, antes da declaração da lei orçamentária, houve um exemplo isolado de migração a partir da colônia São Pedro de Alcântara. Em um ofício dirigido ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, o Presidente da Província catarinense requereu licença para que o colono Antonio Guillot, francês, com sua esposa, filha e tia, migrasse para a colônia de São Leopoldo, devido às *“impossibilidades em que se considerava de estabelecer-se e subsistir na Colonia de S. Pedro de Alcantara.”*³¹

A este fator deve-se acrescentar a situação e o tamanho dos lotes coloniais em São Pedro de Alcântara. Segundo Victor Antônio Peluso Junior,

*Os terrenos do maciço montanhoso da região de Florianópolis devem ser considerados de terra ruim, não tanto pela qualidade do solo como pela forte inclinação das vertentes destinadas às lavouras. Mas, como vimos, em todas as colônias os lotes tinham sido demarcados entre os limites de 24,2 ha e 36,3 ha, dimensões muito inferiores às que seriam necessárias para manter boas lavouras. O resultado foi o empobrecimento do solo e o decréscimo das colheitas, acompanhados de forte emigração, notadamente dos jovens que procuravam novas terras.*³²

Por isso, iniciou-se um período de **migração informal** de alemães a partir da colônia São Pedro de Alcântara em direção a novas fronteiras agrícolas.

* * *

³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.. **Registros do Presidente da Província para autoridades exteriores (1828-1838)**. Ofício de 19.5.1830.

³² PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. A Colonização Alemã na área fronteiria à Ilha de Santa Catarina. Observações geográficas. **Revista do IHGSC**. 3ª. fase, n. 2, I Semestre 1980, p. 139.

Quatro anos depois da publicação da Lei orçamentária de 1830, o Governo Imperial declara, no artigo n. 11 da Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834 –também conhecida como o Ato Adicional à Constituição de 1824:

Tambem compete às Assembléas Legislativas Provinciaes:

[...]

*§5. Promover cumulativamente com a Assembléa, e o Governo Geraes, a organização da estatística da Provincia, a cathequese, e civilização dos indigenas, e o estabelecimento de colonias.*³³

Desse modo, o Brasil pôde continuar seus projetos de colonização estrangeira no território nacional, delegando então às províncias a autonomia para fundar novas colônias.

A primeira iniciativa colonial em todo o Brasil após a instituição do Ato Adicional foi a Lei provincial catarinense n.º 11, de 5 de maio de 1835.³⁴ De acordo com o texto da lei, foram fundadas as seguintes colônias em Santa Catarina:

Artigo 1º. - Nos rios Itajahy, e Itajahy Meri, da Freguesia do Santissimo Sacramento se estabelecerão duas Colonias, cada huma com dous Arraiaes.

Artigo 2º. – Nos lugares denominados Possinho, e Taboleiro, aquelle no Itajahy grande, e este no Itajahy Meri, se situarão os dous primeiros Arraiaes. Os dous ultimos, no caso de progredirem as Colonias, deverão ser, hum nas nascentes do Ribeirão da Conceição, braço deste ultimo, e outro no alto d'aquelle, no lugar do Belchior ou mais acima, em sitio tal, que ambas as margens possam ser habitadas.

³³ BRASIL. Lei n. 16, de 12.8.1834, art. 11, § 5. Coleção de Leis do Império Brasileiro. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p. 225-226.

³⁴ Ver anexo 1.

*Artigo 3º. – Podem ser Colonos, não só qualquer Cidadão Brasileiro; mas também os estrangeiros, que ao presente se acharem na Provincia, e os que para o futuro a vierem habitar.*³⁵

Desde 1836 começaram a chegar colonos nacionais e estrangeiros para tomar posse de lotes de terras nestas colônias, ambas sob a responsabilidade do Coronel da Guarda Nacional Agostinho Alves Ramos, de Porto Belo.

Neste mesmo ano, duas outras leis provinciais iriam facilitar o processo de colonização de Santa Catarina: a lei n. 28, de 25 de abril e a lei n. 49, de 15 de junho.

A lei n. 28 estabeleceu a criação de seções de soldados pedestres, que tinham como objetivo principal:

*Proteger, auxiliar, e defender os moradores de qualquer assalto do Gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arranchamentos, fazendo todo o possível por aprehendel-os, e no caso extremo de resistencia, destruil-os.*³⁶

A função das seções de soldados pedestres era, pois, a garantia da ocupação do espaço a ser colonizado pelos brancos, combatendo os eventuais ataques dos indígenas instalados na região.

³⁵ SANTA CATARINA. **Lei provincial n. 11, de 5.5. 1835.** Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p. 11-12.

³⁶ SANTA CATARINA. **Lei provincial n. 28, de 25.4.1836, art. 1, § 4.** Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p. 43.

Paralelamente, a lei n. 49 estabeleceu os critérios necessários para as iniciativas coloniais por parte de empresários particulares.³⁷

Portanto, pode-se inferir que o processo de colonização branca em Santa Catarina estava diretamente ligado à catequese, ou ao extermínio, do elemento indígena.

De acordo com o Relatório do ano de 1851, do então Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. João José Coutinho, um ataque de indígenas em *Cambriú* em 1837 afugentou vários colonos de seus estabelecimentos, ficando apenas 6 estrangeiros e 2 nacionais na antiga colônia *Itajahy*. Contudo, em 1838, foi construído um estabelecimento de soldados pedestres às margens do rio Itajaí-açu, o que proporcionou a volta de alguns colonos que tinham abandonado a colônia, bem como trouxe mais colonos para ali firmarem residência.³⁸

Nos Relatórios do Presidente da Província dos anos de 1839 e 1840, foram contadas 65 famílias, sendo 48 de nacionais e 17 de estrangeiros. Mas em 1840 foi especificada a origem destes colonos estrangeiros:

*Em Itajahy grande há 65 Colonos Cheffes de familia, sendo o total da população 141 individuos. Dos Colonos 48 são Nacionaes, e 17 Alemaens, e entre todos 39 Cazados, e 26 solteiros.*³⁹

³⁷ SANTA CATARINA. **Lei provincial n. 49, de 15.6.1836.** Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

³⁸ COUTINHO, João José. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina do ano de 1851.** Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p. 9.

³⁹ PARDAL, João Carlos. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina do ano de 1840.** Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p. 39.

Desse modo, em 1840 faz-se a primeira referência oficial à existência de alemães na região do Vale do Itajaí.

A migração de colonos alemães a partir de São Pedro de Alcântara foi, até 1847, feita por colonos católicos. Entretanto, tem-se notícia de que havia desde a sua fundação alemães de religião evangélico-luterana na colônia São Pedro de Alcântara. Conforme o relato do Arcipreste Paiva, em sua estada na colônia em 1845:

*Emquanto dura a visita parochial, principalmente na quaresma, os colonos, ainda que a maior parte oriundos da Prussia, mas catholicos romanos, á excepção de tres ou quatro familias lutheranas [...]*⁴⁰

Estes colonos luteranos começaram a migrar para o Vale do Itajaí a partir de 1847, provavelmente após a visita do Dr. Blumenau à colônia São Pedro de Alcântara,⁴¹ que decerto incentivou-os a procurarem novas terras para ali se estabelecerem.

Outra fonte interessante sobre este período de migração de colonos para o Vale do Itajaí é o relato de Rheinhold Gärtner, sobrinho do Dr. Blumenau e imigrante, que em 1855, publicou, em anexo ao livro de seu tio, intitulado “*Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien*”,⁴² seus “Esclarecimentos para o mapa anexo da região dos rios Itajahy grande e pequeno”, onde ele faz minuciosas observações

⁴⁰ PAIVA, Arcipreste Joaquim Gomes de Oliveira. **A Colonização Alemã de São Pedro de Alcântara**. Florianópolis: Tipografia da Livraria Moderna, 1929. p. 6.

⁴¹ Ver Capítulo 3, p.39.

⁴² BLUMENAU, Dr. Hermann. **Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien**. Rudolstadt: G. Froebel Verlag, 1856. Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

geográficas e estatísticas da região do Vale do Itajaí. Vale a pena transcrever o trecho relativo à fundação da antiga colônia *Itajahy*:

Os primeiros colonos alemães se instalaram há 14 anos ao longo do Itajaí grande; eles vieram da viagem de dois dias de distância da colônia São Pedro de Alcântara. Uma sociedade de homens ativos vieram de lá rio acima, para cortar madeiras preciosas e serrá-las em pranchões e tábuas, a qual, naquele tempo em que existia o moinho de serra, havia um rentável negócio. Por esta oportunidade, eles observaram a fertilidade do solo e encontraram um lugar excelente, solicitaram ao Presidente da Província concessões de terras e receberam, para cada solteiro 200, e para cada família de 400 a 500 Morgen⁴³ e fundaram a pequena colônia Itajahy. As pessoas prosperaram, trouxeram logo depois ainda mais famílias de vários lugares, dos quais alguns se instalaram no Itajaí pequeno e construíram uma capela, na qual católicos e protestantes assistiam unânimes ao culto e viveram uma vida tranqüila e socialmente boa,[...] ⁴⁴

Assim, os colonos alemães foram se integrando aos colonos belgas e luso-brasileiros estabelecidos ao longo dos rios Itajaí-açu e Itajaí-mirim.⁴⁵

As terras situadas ao longo do rio Itajaí-açu já foram povoadas desde meados do século XVIII por vicentistas, açorianos e portugueses, mas apenas em 1824, por requerimento do então Major da Guarda Nacional, Agostinho Alves Ramos, o Arraial foi elevado à categoria de Curato e foi doado o terreno destinado à igreja e cemitério pelo casal José Coelho da Rocha e Maria Coelho da Rocha.⁴⁶

⁴³ 1 Morgen = 2500 m².

⁴⁴ GÄRTNER, Rheinhold. Erläuterungen zur beifolgenden Karte der Flußgebiete des großen und kleinen Itajahy. In: BLUMENAU, op.cit. [anexo].

⁴⁵ Ver anexo 2.

⁴⁶ BOITEUX, Almirante Lucas A. Itajaí: de Fazenda à Cidade (II). Blumenau em Cadernos. Blumenau, Tomo I, n.7, p. 128-129, maio 1958.

O Curato de Itajaí foi elevado à categoria de paróquia de acordo com a Resolução do Conselho Geral de 12 de agosto de 1833, quando se tornou a paróquia do *Santissimo Sacramento do Itajahy*.⁴⁷

Com a Lei provincial n. 11, de 1835, muitos luso-brasileiros estabelecidos no litoral catarinense se dirigiram às colônias Belchior e Pocinho no Itajaí-açu, constando, em 1839, de 48 famílias de nacionais.⁴⁸

No que diz respeito à colonização belga no Vale do Itajaí, esta se iniciou com as negociações da “Companhia Belgo-Brasileira de Colonização”, liderada pelo cidadão belga Charles Maximilien Louis Van Lede (1801-1875) que, desde 1841, procurou estabelecer uma colônia belga ao longo do Itajaí-açu. O projeto se concretizou quando em 27 de novembro de 1844 foi fundada a Colônia Belga na localidade de Ilhota, hoje município, com 90 colonos oriundos da região de Flandres, na Bélgica, chegados à Ilha de Santa Catarina no dia 17 de novembro de 1844 pelo navio “Jean van Eyck”, que zarpou de Ostende a 24 de agosto de 1844.⁴⁹

Já em 1847, após contendas ocorridas entre os colonos belgas e os administradores da colônia, a Colônia Belga se extinguiu, fazendo com que muitos colonos migrassem para outras regiões da província, ou então continuassem como moradores da localidade, integrando-se, assim, à população regional.

⁴⁷ Id., op.cit., p.130.

⁴⁸ PARDAL, João Carlos. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina do ano de 1839**. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis..

⁴⁹ FICKER, Carlos. **Charles Van Lede e a Colonização Belga**. Blumenau: Tipografia “Blumenau em Cadernos”, 1972.

2.1 OBSERVAÇÕES SOBRE O PERÍODO DE MIGRAÇÃO (1838-1850)

Uma das características mais marcantes da pesquisa sobre este período é a dispersão das fontes históricas, que tornam as informações mais difíceis de serem averiguadas.

Sobre os registros de batismo, casamento e óbito da paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí, a indicação sobre a existência de determinada família na região pode ser notada no registro como um todo. Por exemplo, os nomes dos padrinhos indicam que os mesmos estavam em Itajaí naquela data, mas sozinha, esta indicação não confirma seu estabelecimento na localidade. No entanto, geralmente as informações contidas nos registros eclesiásticos são confirmadas por outras fontes históricas do período.

O mesmo acontece para sugerir que determinada família não se instalou no Vale do Itajaí: um documento de compra de terras na região informa a respeito de um colono de São Pedro de Alcântara. Todavia, sua descendência continuou em São Pedro de Alcântara e não no Vale do Itajaí. Portanto, este colono não chegou a residir em Itajaí.

Aos migrantes alemães originários de São Pedro de Alcântara, juntaram-se casos isolados de duas famílias de imigrantes alemães, que vieram diretamente da Alemanha e se instalaram no Vale do Itajaí.⁵⁰

⁵⁰ Estas eram as famílias de Heinrich Peter Voigt, de Neumünster/ Holstein, chegado em fins de 1847 ao Itajaí, e Friedrich Wilhelm Schramm, de Erkrath/Rheinland, chegado em 1848 ao Itajaí.

Para a leitura das tabelas que se seguem, é importante comparar as informações nelas contidas com a relação de fontes no anexo n.7.

Tabela 1: Migrantes alemães informais no período 1838-1850

Sobrenome, Nome	Data da referência documental	Fonte	Observações
BINS, Nikolaus	1850	9	
DESCHAMPS, Nicolas	1838	1	
“ , Nicolas II	1842	1	
“ , Pierre	1841	4	
GÖDERT, Johann Jakob	1840	1	Há dúvidas sobre a sua estada no Vale do Itajaí
HÄNDCHEN, Joseph	1838	1	
“ , Anton	1844	6	
“ , Bernard	1844	6	
“ , Johann	1848	6	Não foi para o Vale do Itajaí
JUCHEM, Peter	1841	4	
JUNK, Johann	1850	9	
KEHRBACH, Johann	1841	4	
KLOCKER, Johann	1841	1 e 4	
LUCAS, Peter	1850	9	
LUDWIG, Johann	1848	8	Não foi para o Vale do Itajaí
MANNEBACH, Johann	1848	6	Não foi para o Vale do Itajaí
MICHELS, Adam	1842	5	Não foi para o Vale do Itajaí
“ , Johann Adam	1842	5	Não foi para o Vale do Itajaí
“ , Joseph Adam	1842	5	Não foi para o Vale do Itajaí
MÜLLER, Jakob	1846	7	
“ , Peter	1848	6	
PALM, Matthias	1845	2	
“ , Peter	1845	2	
PHILIPPI, Jakob	1848	8	Não foi para o Vale do Itajaí
RAUSCH, Nikolaus	1850	9	
“ , Peter Joseph	1847	10	
RINKUS, Jakob Heinrich	1845	2	
SCHNEIDER, Johann Joseph	1841	1	
“ , Philipp	1850	9	
“ , Matthias	1840	1	
SCHRAMM, Friedrich Wilhelm	1850	9	
SESTERHENN, Peter Joseph	1846	6	
“ , Philipp	1846	6	
“ , José	1846	6	
“ , Lourenço	1848	6	
SIMONIS, Joachim	1843	10	
THEISS, Jakob	1842	1 e 5	
“ , Valentin	1840	1	
VOIGT, Heinrich Peter	1850	9	
WAGNER, Georg I	1850	9	
“ , Georg II	1850	9	
“ , Peter	1850	9	
“ , Matthias	1850	9	
“ , Heinrich	1848	6	
WERNER, Johann Peter	1846	7	Há dúvidas sobre a sua estada no Vale do Itajaí
“ , Nicolau	1847	8	
“ , Pedro	1847	8	
“ , Pedro José	1847	8	
ZIMMERMANN, Johann	1844	6	Não foi para o Vale do Itajaí

2.2 OBSERVAÇÕES SOBRE O PERÍODO DE MIGRAÇÃO (1850-1860)

Depois da fundação de Blumenau, em 1850, continuaram a migrar colonos originários de São Pedro de Alcântara para o Vale do Itajaí.

Uma documentação muito importante sobre este período é o Registro do Vigário de Itajaí- Porto Belo de 1856/1857(anexo 7, fonte 12), o primeiro registro de posse de terras na região depois da lei de 1850, que confirma o estabelecimento de muitos colonos do período de 1838-1850 (Deschamps, Wagner, Lucas, Theiss, Rausch, Palm, entre outros), como também mostra a chegada de novos colonos.

O colono Johann Heinrich Christian Jasper foi citado na folha n.º 196 do Registro, sobre as posses do Dr. Blumenau: *“Acima do Belschior: 210 braças de frente E.O. com 500 de fundos S.N., confrontão pelo E. com a viúva Jasper[...]”*⁵¹, o que leva a concluir que Jasper já era falecido em 1856.

Tabela 2: Migrantes alemães informais no período 1850-1860

Sobrenome, Nome	Data da referência documental	Fonte	Observações
BEHRENS, Nikolaus	1857	12	F.º de Joseph Behrens
JASPER, Johann Heinrich Christian	1856	12	Seu terreno no Belchior estava no nome de sua esposa (já era falecido)
MÜLLER, Jacob	1856	3	Luterano, casado com Katharina Lucas
RINKUS, Antonio	1856	12	F.º de Matthias Rinkus
WAGNER, Ludwig	1852	11	F.º de Georg Wagner I

⁵¹ Ver anexo 3.

3. A FORMAÇÃO DA COLÔNIA BLUMENAU (1846-1860)

O surgimento da Colônia Blumenau fez parte de um processo de retorno de interesses brasileiros e alemães, na década de 1840, no que dizia respeito à emigração alemã para o Brasil.

Em 1842, Johann Jacob Sturz (1800-1877) foi nomeado cônsul brasileiro na Prússia. Filho de um alto funcionário público bávaro, Sturz foi negociante no México e trabalhou no Brasil em 1831 como funcionário de uma empresa londrina de mineração de ouro. Perdeu este último emprego pela aversão ao tratamento cruel dado aos escravos,⁵² além de ter dado muitos privilégios aos negros e aos outros trabalhadores nas minas. Quando Sturz retornou à Inglaterra, em 1833, começou a se envolver com os assuntos contra a escravidão negra nas Américas do Norte e do Sul. Seus relacionamentos com pessoas ligadas ao parlamento inglês que estavam também envolvidas contra a escravatura, como Lord Brougham, proporcionaram-lhe um campo maior de visão sobre o abolicionismo e a reforma da questão da propriedade de terras.⁵³

No que dizia respeito ao Brasil, Sturz conscientizou-se da necessidade de eliminar o trabalho escravo, iniciando um processo de imigração de trabalhadores livres e pequenos proprietários de terra, evitando o tráfico negreiro e preparando o caminho rumo à abolição da escravatura. Por isso, Sturz começou, a partir da Inglaterra e da

⁵² Cf. CANSTATT, Oscar. **Kritisches Repertorium der Deutsch- Brasilianischen Literatur**. Berlin: Ernst Vohsen Verlag, 1902. p. 47-50; Cf. FOUQUET, Carlos. Vida e obra do Doutor Blumenau. **Centenário de Blumenau**. Blumenau: Comissão dos Festejos, 1950. p. 59-60.

⁵³ STURZ, J. J. Die Auszüge aus Herrn Blumenau's Briefen. **Die deutsche Auswanderung und die Verschleppung deutscher Auswanderer**. Berlin: Fr. Kortkamp Verlag, 1868. p. LXV-LXIX.

Alemanha, a querer influenciar os intelectuais e políticos brasileiros e europeus com seus projetos de colonização por trabalhadores europeus livres.⁵⁴

Para Sturz, o projeto de uma “Nova Alemanha nos trópicos” só seria possível de se realizar, se fosse escolhida uma terra com condições climáticas e geológicas que correspondessem às da velha pátria, cujos moradores não fossem tão numerosos nem tivessem progredido tanto quanto os Estados Unidos, de modo que o elemento alemão não fosse atomizado por eles, e onde houvesse a maior liberdade possível aos colonos, de modo que pudessem se desenvolver.⁵⁵

Por conseguinte, assim que Sturz foi nomeado cônsul geral do Brasil na Prússia, iniciou negociações entre os dois países para a realização de um contrato comercial com a união aduaneira alemã e, simultaneamente, procurou apoiar a emigração alemã para as províncias do Sul do Brasil.⁵⁶

Por isso, propôs ao Governo brasileiro que o embaixador honorário Visconde de Abrantes [Miguel Calmon du Pin e Almeida (1794-1865)] escrevesse um relatório sobre a emigração alemã para o Brasil, o que culminou na sua “*Memoria sobre os meios de promover a colonisação*”. Nela, Abrantes relata as condições alemãs e brasileiras mais favoráveis para a emigração alemã para o Brasil, além de reforçar as vantagens do Brasil sobre os Estados Unidos no direcionamento de emigrantes alemães.⁵⁷

⁵⁴ Id., *ibid.*

⁵⁵ Cf. NEUES KONVERSATIONS – LEXIKON, Staats- und Gesellschafts-Lexikon, herausgegeben von Hermann Wagener. Berlin, 1865. 20. Band, p. 135-138.

⁵⁶ Cf. SUDHAUS, Fritz. *Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert*. Hamburg: Hans Christian Verlag, 1940. p. 51-52.

⁵⁷ ABRANTES, Visconde de. *Memoria sobre os meios de promover a colonisação*. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro, ano II, n. 2 e 3, abr. e jul. de 1945. p.832-891.

Nessa mesma época (1845), Sturz escreveu as suas *“Idéias para uma sociedade para a proteção e apoio aos imigrantes alemães no Sul do Brasil”*,⁵⁸ onde reforçou a necessidade de colonizar com alemães as províncias do Sul do Brasil, para assim estabelecer ligações comerciais entre a Alemanha e as colônias alemãs em território brasileiro.

Neste contexto surgiu Hermann Bruno Otto Blumenau (1819-1899), nascido em Hasselfelde/ Braunschweig, farmacêutico e então diretor da fábrica de produtos químicos de Hermann Trommsdorff em Erfurt, que conheceu o naturalista Alexander von Humboldt durante sua estada na casa de Trommsdorff e muito aprendeu sobre o Brasil e suas possibilidades de colonização.⁵⁹

Em 1844, o Dr. Blumenau viajou para a Inglaterra e França, a fim de patentear no exterior o processo para redução do sulfato de óxido de chumbo pelo zinco. Na Inglaterra, conheceu Sturz através da Embaixada da Prússia em Londres, onde se efetivaram contatos de interesse mútuo para o estabelecimento de uma corrente emigratória alemã para o Sul do Brasil.⁶⁰

Em setembro de 1844, por recomendação de Sturz, matriculou-se na Universidade de Erlangen como estudante de química, onde em 23 de março de 1846 foi

⁵⁸ “Ideen zu einem Vereine zum Schutze und zur Unterstützung deutscher Einwanderer in Südbrasilien.” Cf. SUDHAUS, op. cit., p. 52.

⁵⁹ Cf. FOUQUET, op.cit., p. 66; Cf. BLUMENAU, Cristina. O Doutor Hermann Blumenau: um colonizador alemão no Brasil. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, Tomo I, n.5, p.82, mar. 1958.

⁶⁰ Cf. STURZ, op.cit., p. LXVI; Cf. FOUQUET, op.cit., p. 58-59.

aprovado com o grau de doutor em Filosofia, com a tese: “Os alcalóides e as bases salinas afins em suas relações e correlações gerais”.⁶¹

Neste meio tempo, ainda conseguiu trabalhar em um escrito: “*Deutsche Auswanderung und Kolonisation*”, prefaciado pelo geógrafo Johann Eduard Wappäus, de Göttingen, publicado anonimamente em Leipzig no ano de 1846. Além disto, por recomendação de Sturz, conheceu em fins de 1845 o naturalista Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), que esteve no Brasil entre os anos de 1817 e 1820, onde fez vários relatos sobre o país. Com o conhecimento de von Martius, o Dr. Blumenau muito aprendeu sobre os recursos naturais do Brasil.⁶²

Nota-se que, a partir destes contatos com autoridades científicas e políticas na Alemanha, pôde ele se instrumentalizar com fortes referências para a execução de um projeto colonial alemão no Sul do Brasil nos moldes propostos por Sturz.

Assim, logo após ter recebido o grau de doutor, seguiu para Hamburgo, onde embarcou rumo ao Brasil, em abril de 1846, a partir de seus contatos com uma sociedade de armadores e comerciantes hamburgueses, a “Companhia Protetora de Emigrados Alemães”, incumbido de localizar e conseguir do Governo Imperial brasileiro uma área de terras para a efetivação de uma colônia alemã.

Em 19 de junho de 1846, chegou ao Rio Grande do Sul, com o veleiro “*Johannes*”, depois de 80 dias de viagem através do Atlântico.⁶³

⁶¹ FOUQUET, op.cit., p. 61.

⁶² Id., ibid.

⁶³ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 26.6.1846. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 6, junho 1998, p.17. Cf. Id., Carta de 26.6.1846, **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 5, maio 1998, Blumenau afirmou que teria chegado no dia 20.6.1846 ao Rio Grande do Sul.

Até aproximadamente o dia 13 de julho do mesmo ano ele ficou na província do Rio Grande do Sul, entre as cidades de Rio Grande, Pelotas, a serra dos Tapes, indo até Montevideo.⁶⁴

Durante este período, fez muitas observações sobre o clima, a fauna e flora, travou contatos com muitos habitantes da região e observou seus costumes e tradições.

Do Rio Grande do Sul, foi ao Rio de Janeiro, onde negociou junto à Câmara Imperial a possibilidade de estabelecer no Sul do Brasil uma colônia alemã com capital de negociantes das cidades de Hamburgo e Berlim, negociações estas que não progrediram, tanto pela morosidade das autoridades brasileiras quanto pela indecisão dos negociantes alemães em investir o capital prometido.

Dessa forma, nota-se que, por mais subsídios que tivesse para executar um projeto de colonização no Brasil, não tinha certeza alguma do seu sucesso. Em uma carta do ano de 1846, dirigida aos pais e parentes, ele coloca:

Portanto, se eu não tiver logo sucesso na colonização, ou não conseguir encontrar um bom emprego, irei no Natal ou Ano Novo para o Rio ou Bahia, trabalhar numa farmácia. ⁶⁵

Assim, até o final do mês de março de 1847 ele permaneceu no Rio de Janeiro, quando empreendeu nova viagem às províncias do Sul, desta vez para Santa Catarina.

⁶⁴ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 3.8.1846. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 7, julho 1998, p.27-33.

⁶⁵ Id., Carta de 30.3.1846, **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 4, abril 1998, p.20.

Em 11 de abril de 1847, ele já se encontrava em São Pedro de Alcântara, a mais antiga colônia alemã da Província de Santa Catarina, onde registrou as temperaturas de 8° Reaumur de manhã cedo, 20°R ao meio-dia e 12½° R à noite.⁶⁶

Naquela oportunidade, deve ter ouvido falar pela primeira vez da região do Vale do Itajaí-açu, de onde partiu a pé, desde o Estreito até a freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí. Devido às dificuldades da viagem causadas pelas intempéries, o Dr. Blumenau teria chegado enfermo a Itajaí, tendo que de lá regressar a Desterro para se tratar com um médico ou farmacêutico. Vale colocar, no entanto, que nenhuma fonte primária mencionou algo sobre a existência real deste episódio.⁶⁷

Após o regresso a Desterro, teria se direcionado novamente ao Rio Grande do Sul, a fim de analisar pormenorizadamente as colônias alemãs de São Leopoldo, Três Forquilhas e Torres.

Quando deixou o Rio Grande do Sul, estava devidamente convicto de seus projetos de colonização. Foi ao Rio de Janeiro, onde chegou em 17 de julho de 1847.⁶⁸ Ali conheceu pessoalmente Ferdinand Hackradt (1817-1887), que viria a ser seu sócio em sua futura empresa de colonização.

Hackradt era negociante na Alemanha e tencionava ir para a América e montar um negócio. Como ele estava indeciso se iria para a América do Norte ou do Sul, dirigiu-se, em 1847, a Sturz para pedir informações sobre o Brasil. Por isso, Sturz lhe

⁶⁶ BLUMENAU, Dr. Hermann. *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation*. Rudolstadt: G. Froebel Verlag, 1850. p. 7-8.

⁶⁷ Cf. SILVA, José Ferreira da. *O Doutor Blumenau*. Florianópolis.: EDEME/ Paralelo 27, 1995. p.19-20; Cf. FOUQUET, op.cit., p. 68.

⁶⁸ FOUQUET, op.cit., p.69, escreveu que Blumenau chegou ao Rio de Janeiro em 17 de julho; no entanto, SILVA, op.cit., p. 20, afirmou que Blumenau deixou o Rio Grande do Sul em 17 de julho.

deu cartas enviadas pelo Dr. Blumenau sobre suas viagens pelo Rio Grande do Sul. Ao ler estas cartas, Hackradt decidiu, então, escrever ao Dr. Blumenau sobre suas perspectivas de negócios e, portanto, Hackradt veio para o Brasil e se associou ao Dr. Blumenau em seu projeto de colonização no Sul do Brasil.⁶⁹

Do Rio de Janeiro, Hackradt antecipou-se em sua ida a Desterro, para tratar de negócios preliminares. O Dr. Blumenau chegou em Desterro apenas em 25 de dezembro de 1847. De lá partiram de navio rumo a Tijucas, de onde seguiram por terra em direção a Itajaí. Iniciaram, então, uma expedição de canoa, rio Itajaí acima, com o intuito de achar um lugar apropriado para comprar terras.⁷⁰

Assim, em meados de janeiro de 1848, o Dr. Blumenau e Hackradt subiram o rio Itajaí-açu até o Salto.⁷¹ Hackradt foi até ao acampamento às margens do ribeirão da Velha, e o Dr. Blumenau seguiu rio acima. A partir do Salto, foi até a confluência dos rios Benedito e Cedros, onde observou uma rica paisagem:

*A paisagem é majestosa e indescritível, o ar é ameno, perfumado, o céu de um lindo azul. Passei dois dias maravilhosos nesta solidão, distante da civilização, e onde nenhum ser civilizado havia chegado antes de mim.*⁷²

Daquela região retornou ao Salto, onde reencontrou Hackradt, com quem assinou um contrato definitivo de compra de terras. Em seguida, o Dr. Blumenau viajou,

⁶⁹ STURZ, op.cit., p. LXV.

⁷⁰ Cf. BLUMENAU, Carta de 21.4.1848. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 3, março 1998, p. 13.

⁷¹ Cachoeira do rio Itajaí, correspondente hoje à localidade de Salto Weissbach, município de Blumenau.

⁷² BLUMENAU, op. cit., p. 15.

via Tijucas, até Desterro, para iniciar negociações junto à Assembléia Legislativa Provincial sobre a instalação de uma colônia alemã às margens do Itajaí-açu. Chegado em Desterro, redigiu um requerimento à Assembléia, intitulado “*Artigos fundamentaes para o estabelecimento de Allemães na Provincia de Santa Catharina*”, datado de 16 de março de 1848.

Nestes artigos, o Dr. Blumenau esclareceu alguns pontos básicos para a efetivação de uma colônia alemã em Santa Catarina que atendesse às expectativas da “*Companhia Protectora de emigrados allemães*”, de Hamburgo. Entre eles, ressalta a garantia da posse das terras concedidas à Companhia e dos direitos dos colonos de se estabelecerem com iguais direitos dados aos brasileiros conforme as leis do Império brasileiro. Todavia, ele coloca, no artigo 8º., uma prerrogativa sobre os direitos religiosos dos colonos:

*A Companhia e seus colonos poderão construir igrejas e Capellas nas terras da Companhia, onde melhor lhes convier, guardando as disposições da Constituição do Imperio, sendo protegidos na prática do seu culto e gozarão de toda e plena liberdade, para contrahirem casamentos entre as differentes confissões sujeitando-se as leis paiz, que regulão a sucessão hereditária.*⁷³

No artigo 12º., ele declara, de acordo com a legislação imperial da época, a proibição da entrada de escravos na Colônia:

⁷³ BLUMENAU, Dr. Hermann. **Artigos fundamentaes para o estabelecimento de Allemães na Provincia de Santa Catarina**. Desterro, 16.3.1848. Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau, Doc. P02.1-15.

[...]Nunca poderão entrar escravos no serviço da Companhia nem das pessoas estabelecidas nas terras concedidas pelo Governo á Companhia e seus colonos, e nenhum proprietário de qualquer parcela d'estas poderá ficar ao mesmo tempo dono d'escravos. ⁷⁴

Logo após, seu requerimento foi enviado à Assembléia Provincial pelo então Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, em 18 de março de 1848, com a observação do Presidente, de que

A Assembléa dará em sua sabedoria o devido apreço a huma empresa tão util ao paiz, e encaminhará o importante objecto como julgar que convenha. ⁷⁵

Assim, ao passar pela Assembléia Provincial, foi inicialmente aprovado o requerimento do Dr. Blumenau. No entanto, o Presidente da Província fez voltar à Assembléia a lei que sancionava a fundação da colônia alemã no Vale do Itajaí, devido às ambigüidades nela contidas em relação à Lei n. 49 de 1836. Desse modo, a Assembléia acabou rejeitando o projeto de lei sobre o empreendimento, de acordo com parecer datado de 2 de maio de 1848.⁷⁶

O Dr. Blumenau reagiu à rejeição do seu requerimento com a seguinte alegação:

Minha proposta foi rejeitada pela Assembléia porque não dispunha de dinheiro para subornar as pessoas influentes. ⁷⁷

⁷⁴ Id., *ibid.*

⁷⁵ BRITO, Antero José Ferreira de. **Registro de 18.3.1848 à Assembléia Legislativa Provincial.** Registros do Presidente da Província para a Assembléia Legislativa Provincial (1846-1851), fl. 52, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis..

⁷⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.. **Ofícios da Assembléia Legislativa Provincial para o Presidente da Província (1845-1848).**

⁷⁷ BLUMENAU, Carta de 21.4.1848, p. 24.

Nessa mesma época, soube da dissolução da Sociedade Hamburguesa, fato este que comprometeu seriamente as perspectivas de financiamento da sua iniciativa colonial no Sul do Brasil.⁷⁸

Assim, ele procurou uma nova forma de pôr em prática seus projetos de colonização. Como estava associado a Hackradt, o Dr. Blumenau comprou em conjunto com seu sócio uma data de terras às margens do rio Itajaí-açu, conforme título definitivo de terras deferido em 28 de agosto de 1848:

Título de Hermann de Blumenau e Fernando Hackradt no Itajahi: Antero José Ferreira de Brito & Ficam concedidas, sem prejuizo de terceiro, ao Doutor Hermann de Blumenau, e Fernando Hackradt, fabricantes, e lavradores Alemães hu'a data de terras no Rio Grande de Itajahi, no termo da Villa de Porto Bello desta Provincia, para alli formarem hum estabelecimento rural, e industrial com o numero de braças, e confrontações abaixo decclaradas: pela parte do Norte, por onde se deve com terrenos que alli possuem por compra os concessionarios, e com os de Agostinho Alves Ramos, tem duas mil trezentas noventa e cinco braças; pela parte do Sul divide-se com terrenos devolutos, e tem igual numero de braças, isto é duas mil tresentas noventa e cinco braças, pela parte de Leste, a contestar com terras de Jozé Henriques Flores, tem trez mil e seiscentas braças, e pela parte de Oeste, estremando com terras do Commendador Marcos Antonio da Silva Mafra, tem trez mil braças e comprehende destes das mesmas terras o Ribeirão denominado – do Garcia . As terras acima mencionadas foram medidas e demarcadas pelo Demarcador juramentado Manoel da Silva Mafra, [...]
Dado no Palacio do Governo de Santa Catarina, sob minha assignatura, e sello das Armas Imperiaes aos vinte e oito dias do mez de Agosto de mil oito centos quarenta e oito, vigesimo

⁷⁸ Id., op.cit., p.24-25.

Setimo da Independencia e do Imperio = L.S.= Antero José Ferreira de Brito. ⁷⁹

Juntamente com a compra de terras, o Dr. Blumenau foi ao Rio de Janeiro para requerer do Governo Imperial apoio institucional e financeiro para uma colônia particular na província de Santa Catarina.

Seu requerimento, datado de 26 de julho de 1848 e escrito no Rio de Janeiro, revela que não representava nenhuma grande companhia alemã com um volumoso capital destinado à colonização alemã no Brasil, mas sim era um empreendedor particular, “*Dr. em philosophia e sciencias naturais e antes Director da fabrica de produtos chimicos do Snr. Tromsdorff em Erfurt na Prussia*” ⁸⁰, que já teria feito estudos e viagens no Brasil acerca das possibilidades de colonização, trazendo consigo recomendações do Visconde de Abrantes e do naturalista alemão Alexander von Humboldt. O Dr. Blumenau tencionava fazer uma “*colonisação bem arranjada e dirigida de tal maneira que d’ella possa resultar huma imigação permanente de allemães agricultores e industriaes ao Brazil e augmento duravel da navegação e do commercio directo entre este paiz e a Alemanha.*”⁸¹

Entre outros pedidos, incluiu em seu requerimento: a concessão de um empréstimo de pelo menos 50 contos de réis, sem juros, para a finalidade de compra de terras particulares, que ficariam em hipoteca ao Governo até o total reembolso do empréstimo; isenção do pagamento da siza para a venda ou distribuição de terras aos

⁷⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Livro de títulos definitivos de terras n. 763, fls. 85-85v.

⁸⁰ BLUMENAU, Dr. Hermann. **Requerimento enviado ao Governo Imperial.** Rio de Janeiro, 26.7.1848. Doc. P02.1- 18. Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

⁸¹ Id., *ibid.*

colonos alemães que vierem a se instalar; aprovação de um regimento interno da colônia e fixação da posição civil e política dos colonos.⁸² Por conseguinte, a colônia seria organizada de modo que se introduzissem pelo menos 25 famílias por légua quadrada.

O que se sabe, conforme a citação seguinte, é que este requerimento ficou apenas em promessas de cumprimento destas prerrogativas pelo Governo Imperial. Em uma carta enviada do Rio de Janeiro a seu cunhado e amigo Götter, de 5 de agosto de 1848, ele expõe seus procedimentos alternativos quanto à realização do projeto:

*Procurei obter ainda mais vantagens relativas à colonização, mas nada consegui, [...] A terra que comprei com Hackradt e que deixei a ele em concessão, ainda as 8 milhas quadradas já são alguma coisa. Eu obtenho da propriedade de acordo com nosso contrato 60%, Hackradt 40% e se Hackradt não for nenhum patife, como espero, penso que o negócio renderá alguma coisa. [...] Não comprei mais terras, ainda visava algumas, mas achei o negócio incerto, porque as terras não tinham sido medidas. Ou deixo agora o dinheiro aqui a 6% de juros ou escreverei a Hackradt se ele quer assumir por nós e que venha para cá e com aquele dinheiro que ele ainda tem lá, poderá comprar aqui mais 6 ou 7 negros. Então teremos 11-12 e com eles vai mais rápido e contínuo. [...] Eu preciso procurar mais uma sociedade de ações com o propósito de realizar a colonização ou senão que me consiga muito dinheiro. [...]*⁸³

Dessa forma, teve que retornar à Alemanha para conseguir financiamento e colonos para emigrar para o Brasil. Por isso, embarcou do Rio de Janeiro no veleiro belga “Ambiorix”, rumo à cidade de Antuérpia, na Bélgica, em setembro de 1848.

⁸² Id., *ibid.*

⁸³ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 5.8.1848. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 8, ago.1998, p.19-22.

Em 21 de novembro de 1848, depois de 80 dias de viagem, chegou à Bélgica, mas apenas no dia 25 de novembro desembarcou no porto de Antuérpia. Na Europa, foi primeiramente a Hamburgo, para realizar alguns negócios, para então ir até Berlim, onde ele mesmo afirma, que: *“Andei muito, gastei muito dinheiro, mas até agora pouco consegui do que pudesse ser útil e por isto estou muito desanimado.”*⁸⁴

Neste meio tempo, visitou seu antigo patrão Tromsdorff e também Johann Jacob Sturz. Sobre Sturz, o Dr. Blumenau comenta: *“Este último vive sempre nas nuvens e não se pode esperar dele algo real. Mas obviamente ele pode me favorecer com suas cartas de apresentações, que são bem vindas e compensarão a viagem.”*⁸⁵

Apenas em setembro e outubro de 1849 ele visitou os seus pais em Blankenburg, no Harz. Em janeiro e fevereiro de 1850, ficou em Braunschweig, onde procurou, juntamente com seu sobrinho Rheinhold Gärtner, agremiar alemães para virem ao Brasil. Por isso, a propaganda a favor da emigração para o Brasil precisava ser convincente, e ainda, demonstrar vantagens em relação aos Estados Unidos da América do Norte. Diante deste quadro, escreveu um livro com a finalidade de atrair alemães para o Sul do Brasil, intitulado *“Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation”*, publicado em Rudolstadt, pela editora de Günther Fröbel, em 1850. A apresentação deste trabalho foi escrita em Hamburgo, na noite anterior ao seu embarque para o Rio de Janeiro, em 19 de março de 1850.

Nesta obra, o autor apresenta detalhes sobre o Brasil, principalmente nas províncias do Sul, no que dizia respeito ao clima, fauna, flora, recursos minerais,

⁸⁴ Id; Carta de 2.3.1849. Blumenau em Cadernos, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 10, out. 1998, p.16.

⁸⁵ Id., op.cit., p.17.

população, agricultura, comércio, indústria, língua, religião e os negócios com a colonização alemã até aquele momento. Dessa forma tencionava contradizer os argumentos dos antagonistas à emigração alemã para o Brasil, devido ao fato que muitos agentes emigratórios e negociantes europeus exploraram a emigração de alemães, dando-lhes péssimas condições de viagem nas embarcações e contratos de compra de terras que comprometiam o regime de pequena propriedade privada, quando não deixavam os colonos no Brasil à própria sorte. O caso mais conhecido na época foi a atuação criminosa do armador francês Charles Delrue, de Dunquerque, que, em 1846, trouxe colonos alemães sob condições desumanas de transporte e colocou-os em lugares inóspitos no Rio de Janeiro. Por isso, levantou argumentos que criticaram a atuação destes negociantes especuladores.

O Dr. Blumenau, no início de seu livro, coloca uma curiosa frase a respeito do Brasil:

*O Brasil inteiro é uma terra extremamente bela, encantadora e abençoada pela Natureza, abundante em todas as riquezas- um verdadeiro diamante, ao qual falta apenas um hábil lapidador, para transformá-lo nas mais precisa jóia do mundo.*⁸⁶

Com esta mensagem, deixou sua pátria rumo ao Brasil, esperançoso de que seu sobrinho Rheinhold Gärtner embarcasse em junho daquele ano com aproximadamente 20 alemães para fundar sua colônia às margens do Itajaí-açu.⁸⁷ Quando chegou ao Brasil,

⁸⁶ BLUMENAU, Dr. Hermann. *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation*. Rudolstadt: G. Froebel, 1850. p. 1.

⁸⁷ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 27.3.1850. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, Tomo XL, n.2, fev. 1999, p. 19-20.

recebeu a notícia da morte de seu pai, que faleceu a 2 de abril de 1850, aos 79 anos.⁸⁸

Além disso, quando chegou em Santa Catarina, onde seu sócio Ferdinand Hackradt tinha ficado para fazer os preparativos para receber os primeiros imigrantes, encontrou o seguinte quadro:

A terceira carta era de meu sócio o qual pedia que eu levasse dinheiro, e já, porque havia o perigo de perder tudo quanto se fizera. Além disso, desistia, irrevogavelmente, do contrato que fizera comigo e pretendia mudar-se do Vale do Itajaí.

O engenho de serra que ele construiu e eu paguei, estava mal feito e ameaçando ruir a cada momento; as tábuas não tinham preço e ele não tinha mais dinheiro.

De nove negros que ele comprou com o meu capital, existiam apenas dois; os outros, ou fugiram, ou foram seduzidos pelos patrícios e vizinhos.

*Em 1848, eu entregara ao meu sócio 4.000 thalers e deixei à disposição dele, no Rio, quando parti para a Alemanha, mais 1.500 e, daqui do Rio lhe mandei outro tanto.*⁸⁹

A partir desta carta, nota-se que o Dr. Blumenau e Hackradt compraram escravos para realizar os trabalhos iniciais para a colônia, contradizendo, com isso, suas idéias abolicionistas, pela simples falta de mão-de-obra branca assalariada na época para os serviços braçais para a construção de engenhos de serra.

Assim, Ferdinand Hackradt desistiu da sociedade com o Dr. Blumenau, onde levou seu capital com juros e 800 mil réis de gratificação, dirigindo-se depois para Desterro, onde montou uma casa comercial. Não obstante, a situação em que estava a localidade às margens do Itajaí-açu no momento da chegada dos primeiros 17 imigrantes da colônia Blumenau era precária.

⁸⁸ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta escrita no Rio de Janeiro, 11.1.1854 apud SILVA, op.cit., p.41.

Os 17 fundadores de Blumenau, todos evangélicos, zarparam no dia 5 de junho de 1850 do porto de Hamburgo com o navio “Emma & Louise”, da firma Christian Matthias Schröder &Co., que era uma empresa hamburguesa importadora de café e açúcar. Atravessaram o Atlântico e, em 2 de setembro de 1850, já estavam no Vale do Itajaí. Eram eles:

- Rheinhold Gärtner, 26 anos, lavrador, de Blankenburg, Harz;
- Franz Sallentien, 24 anos, lavrador, de Braunschweig;
- Johann Paul Kellner, 23 anos, lavrador, de Barbecke, Braunschweig;
- Julius Ritscher, 22 anos, geômetra, de Lauterberg, Hannover;
- Carl Wilhelm Friedenreich, 27 anos, veterinário, com esposa e dois filhos, de Hettstedt bei Würzburg;
- Daniel Pfaffendorf, 26 anos, lavrador, de Klein-Endersdorf, Saxônia;
- Friedrich Geier, 27 anos, carpinteiro, de Mansfeld, Holstein;
- Friedrich August Reiner [Riemer], 46 anos, marceneiro, de Osterfeld;
- Erich Hoffmann, 28 anos, funileiro, de Osterfeld;
- Andreas Kohlmann, 52 anos, ferreiro, com esposa e duas filhas, de Gross-Oerner bei Hettstedt;
- Andreas Boettcher, 22 anos, ferreiro, de Gross-Oerner.⁹⁰

Quanto à instalação destes primeiros colonos, o Dr. Blumenau escreve:

⁸⁹ BLUMENAU apud SILVA, op.cit., p. 44.

⁹⁰ SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Os Fundadores de Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XVII, n.8, ago. 1976, p. 307-319. Este artigo mostra os nomes dos fundadores de acordo com as listas de emigrantes constantes do Arquivo Estadual de Hamburgo, Alemanha.

Entretanto, chegaram os primeiros imigrantes, dos quais só alguns consegui hospedar; os outros, e entre eles meu sobrinho e alguns rapazes bem instruídos, acharam abrigo fora do meu rancho. ⁹¹

O rudimentar estabelecimento colonial às margens do Itajaí-açu possuía, como principal fonte de renda, um engenho de serra, que tornou-se imprestável com a última enchente. Dessa forma, o Dr. Blumenau viu-se em apuros financeiros.

Por isso, enviou ao Rio de Janeiro pedidos a amigos particulares e até ao Imperador D. Pedro II, que em 21 de fevereiro de 1851 fez um adiantamento ao Dr. Blumenau de 10 contos de réis para incrementar a colônia com 200 colonos após três anos, oferecendo-lhes uma escola de primeiras letras e “*proporcionar aos Colonos os meios necessários para a pratica dos exercicios religiosos.*”⁹² Todavia, o adiantamento de 10 contos teria que ser pago em até três anos, sob hipoteca de todas as terras e estabelecimentos à margem do rio Itajaí-açu.

Em 1851 chegaram à colônia Blumenau apenas 8 pessoas. No entanto, em 1852, vieram 110 imigrantes, entre eles, o professor Ferdinand Ostermann e o naturalista Friedrich Müller, também conhecido como o Dr. Fritz Müller. No mesmo ano de 1852, foram distribuídos os primeiros dez lotes coloniais, sendo a maioria feita por doações de terras particulares do Dr. Blumenau aos colonos.

A doação de terras particulares feita pelo Dr. Blumenau aos colonos foi uma medida muito polêmica. O Dr. Blumenau seguiu, inicialmente, a proposta de Johann

⁹¹ BLUMENAU apud SILVA, op.cit., p. 49.

⁹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. **Avisos do Ministério do Império para o Presidente da Província (1850-1852).**

Jacob Sturz de fazer uma “Nova Alemanha do outro lado do oceano”. Sturz só via a possibilidade de desenvolvimento da colonização alemã no Brasil se ela fosse dirigida ao trabalho livre e à pequena propriedade privada de terras, em contraposição ao sistema escravista, baseado no latifúndio e na exploração do trabalho alheio. Sturz apenas concebia o fim da escravatura no Brasil se fosse feita uma reforma na questão agrária contra as grandes propriedades agrárias.

Todavia, o Dr. Blumenau, que desde a sua chegada ao Brasil em 1846 representava os interesses de Sturz, começou a escrever várias cartas, comentando a necessidade de se calar a respeito da questão escravista.

O Dr. Blumenau escreveu em uma carta a Sturz em 14 de setembro de 1846:

*Por tudo neste mundo peço-lhe, porém, de deixar de lado a desgraçada história dos escravos, abolição, tráfico de escravos e outras coisas semelhantes. O Sr. não consegue nada com isto, estragam para si o que teriam podido ganhar, e adquirem ainda mais inimigos, do que já tem. Eu próprio fico em perigo[...] Aqui bem se sabe, o que o Sr. pensa e diz, e mesmo confessa, que daqui há 20 anos nem mais 1/5, e em 40 nem mais 1/50, existirá uma população escrava de agora e que estará quase extinta, mas não se quer escutar nada disto! E assim eu acho o momento muito inoportuno, o Sr. precisando tanto de amigos para conseguir o plano de colonização.*⁹³

Sturz argumentou que esse medo do Dr. Blumenau em relação à escravatura era causado principalmente pelas palavras contra o monopólio de terras, porque o Dr. Blumenau, conforme Sturz, teria sido levado pela cobiça de garantir grandes propriedades de terra para colonizar, culminando em 1848 com a compra de 11 milhas quadradas de terra, de cuja propriedade iria distribuir aos colonos que, aos poucos,

⁹³ STURZ, op.cit., p. LXXIII.

conseguiriam comprar suas pequenas propriedades, pagando pelas terras ao Dr. Blumenau.⁹⁴

Juntou-se a isto o fato que o Dr. Blumenau teria comprado, em sociedade com Hackradt, cinco escravos para os trabalhos iniciais no estabelecimento colonial, antes da chegada dos primeiros imigrantes, o que teria trazido muita decepção a Sturz.

Por outro lado, Sturz desconhecia a legislação provincial catarinense a respeito da colonização estrangeira. A Lei n. 49 de 1836 previa a colonização por empresários particulares que deveriam distribuir terras aos colonos, o que leva a crer que, se o Dr. Blumenau errou no seu procedimento, não estava sozinho.⁹⁵

Nos anos seguintes, de 1853 e 1854, entraram, respectivamente, 28 e 146 imigrantes alemães na colônia Blumenau. Entretanto, em 1855, após repetidos prejuízos em investimentos para a colônia, o Dr. Blumenau estabeleceu outro contrato com o Governo Imperial, onde este emprestaria a quantia de 85 contos de réis, que deveria ser paga em 7 anos. Além deste empréstimo, o Governo manteria um pastor evangélico com o salário de 800 mil réis por ano; daria mais 10 contos de réis para a compra de terras no porto do rio Itajaí e a construção de um trapiche, e ainda, o subsídio de 32 contos de réis para o custeio de uma estrada que ligasse o Vale do Itajaí à serra. Seriam dadas, de acordo com o contrato, muitas vantagens ao diretor e aos futuros colonos em Blumenau, a saber: a viagem direta e desembarque na foz do rio Itajaí; a entrada livre de suas bagagens e utensílios; o abatimento de um período de 10 anos para a venda de terrenos; a contribuição para a compra e manutenção de embarcações costeiras. Em troca destas

⁹⁴ STURZ, op.cit., p. LXVII.

⁹⁵ Esta questão é muito delicada e precisa ser desenvolvida em um estudo à parte, de modo que, com mais documentos e informações, possa ser estudado mais profundamente este caso.

vantagens, o Dr. Blumenau deveria cumprir, entre outras exigências: trazer à colônia o mais alto grau de prosperidade, conseguindo, após os primeiros 5 anos do contrato, um mínimo de 1600 emigrantes da Europa ou dos Estados Unidos e, nos cinco anos seguintes, 2400 imigrantes ao Itajaí; iniciar os trabalhos de medidas e propostas apresentadas pelos projetos dos colonos restantes, arquivados na Diretoria de Terras e Colonização da província.⁹⁶

Dessa forma, parecia que finalmente a colônia particular do Dr. Blumenau iria começar a progredir. Contudo, quando chegou, em julho de 1855, a Desterro, demorou um mês para chegar à colônia, devido às fortes chuvas. A enchente de 1855 comprometeu todas as colheitas e, além disso, carregou a casa dele, construída numa ponta às margens do rio. Os simultâneos ataques dos indígenas na região assassinaram colonos, o que trouxe ainda maiores surpresas negativas para o progresso da colônia. Assim, o Dr. Blumenau escreveu em 30 de abril de 1856 ao Imperador D. Pedro II sobre os seus últimos infortúnios e pediu mais auxílios ao Governo Imperial.⁹⁷

Paralelamente, publicou mais um livro na Alemanha, intitulado "*Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Südbrasilien*", pela editora Günther Fröbel de Rudolstadt. Esta obra do ano de 1856 relatou os primeiros cinco anos da colônia, bem como retomou aspectos da sua publicação de 1850, declarando as vantagens futuras acerca dos direitos civis, religiosos e de propriedade privada para os alemães na colônia Blumenau, fazendo uma avaliação do que foi e estava sendo feito

⁹⁶ BLUMENAU, Dr. Hermann. *Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Südbrasilien*. Rudolstadt: G. Froebel Verlag, 1856. p.27-28.

⁹⁷ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Imperador D. Pedro II. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, Tomo XL, n. 3, mar. 1999, p. 18-28.

pelo Governo a esse respeito, argumentando contra a propaganda contrária à emigração de alemães para o Brasil, provavelmente encabeçada por Johann Jacob Sturz após seu desentendimento com o Dr. Blumenau.

Em 1857, veio o pastor evangélico Rudolph Oswald Hesse, que era responsável pela comunidade de Wreschen, em Posen. O Pastor Hesse, contratado pelo Governo Imperial para atender os colonos evangélicos da colônia Blumenau, embarcou no navio “Caroline”, no porto de Hamburgo, chegando à Blumenau em 29 de julho de 1857. Já na travessia do Atlântico, Hesse batizou um filho do casal Louis e Henriette Wehmuth.⁹⁸

No momento de sua chegada a Blumenau, originaram-se comentários acerca da atuação do Pastor Hesse. Foi publicada uma nota anônima de protesto contra o pastor evangélico de Blumenau, onde se expressa:

Publica-se já segunda vez á todos os meus estimados Freguezes, que a cima do Rio Itajahy, chegou hum pregador dos Alemães protestantes! Que com hum atrevimento funestissimo está baptizando e casando entre minha Freguezia; mas eu declaro, que todos estes baptizados e casamentos são total illegitimos e invalidos por falta de pessoa competente com que aquelle homem não he sacerdote, nem pode ter alguma faculdade legitima para administrar os Santissimos Sacramentos da N. S^a. Igreja Catholica Romana! [...] não temos vergonha para assistir num culto humano aos hereges? negando tal maneira sua Santa Religião??! = F. de tal. ⁹⁹

⁹⁸ ARQUIVO HISTÓRICO “JOSÉ FERREIRA DA SILVA”, Blumenau. Festschrift zur Jahrhundert-Feier der Evangelische Kirchengemeinde Blumenau 1857-1957. p.5.

⁹⁹ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, Joinville. Coleção Ficker, lote 1641, pasta 023, doc. 5.

Iniciava-se, assim, um período de desconfiança entre católicos e evangélicos no Vale do Itajaí, o qual teve vários desdobramentos, conforme o que será estudado no capítulo seguinte.

Dois anos após a chegada do Pastor Hesse a Blumenau, foi declarado o *Reskript von der Heydt* na Prússia em 3 de novembro de 1859. A portaria revogou as licenças concedidas por lei de 7 de maio de 1853 para o transporte de emigrantes alemães para o Brasil. Esta medida, que foi uma resposta aos procedimentos criminosos de alguns armadores e agentes emigratórios, atingiu muitas companhias de navegação prussianas e, em um primeiro momento, poderia significar o fim da colonização alemã no Brasil.

Todavia, em um período de 20 anos após a declaração do *Reskript von der Heydt*, a média de imigrantes na colônia Blumenau foi 3,5 vezes mais elevada que a da década anterior.¹⁰⁰ Isto pode ser explicado pelo fato que os emigrantes alemães utilizaram, mais do que antes, os portos fora do território alemão para irem ao Brasil, tais como os portos de Antuérpia, Amsterdam, Dunquerque e Havre. E como os agentes emigratórios continuaram a exercer suas funções na Alemanha, aliados ao contexto da Guerra da Secessão nos Estados Unidos, que afugentou muitos alemães a irem para a América do Norte, pode-se inferir que a emigração alemã para o Brasil tenha aumentado substancialmente.

Não obstante, os sucessivos prejuízos dos investimentos na colônia Blumenau chegaram a uma situação- limite. A colônia estava sob perigo de se extinguir, caso sérias providências não fossem tomadas. Assim, o Dr. Blumenau dirigiu-se novamente ao Imperador D. Pedro II, desta vez com o intuito de vender a sua colônia ao Governo

¹⁰⁰ FOUQUET, op.cit., p. 90.

Imperial. Em 13 de janeiro de 1860, o Dr. Blumenau assinou um termo de cessão da colônia ao Governo Imperial, onde ele entregaria todas as terras que possuía no Vale do Itajaí, que eram aproximadamente 20 léguas quadradas, inclusive o estabelecimento que tinha na barra do Itajaí, para recepção dos imigrantes. Desse modo, o Dr. Blumenau teria suas terras avaliadas em 120 contos de réis, sendo que deste montante o Governo cobraria 85 contos de dívidas e pagaria 30 contos, devido ao fato que o diretor da colônia já tinha recebido um adiantamento de 5 contos deste valor. Com a venda da colônia, o Dr. Blumenau continuaria a trabalhar no seu empreendimento, mas na qualidade de diretor do mesmo, mediante salário de até 4 contos de réis por ano.¹⁰¹

Portanto, o Dr. Blumenau firmou estreitas relações com o Governo Imperial, e dele receberia todas as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Inicialmente, o auxílio foi apenas econômico, mas aos poucos esta assistência do Império brasileiro foi apresentando desdobramentos, principalmente no que dizia respeito às garantias civis e de liberdade de culto dos colonos não- católicos, conforme o que será exposto no capítulo seguinte.

¹⁰¹ BRASIL. Repartição Geral das Terras Públicas. **Termo de cessão, que o Dr. Hermann Blumenau fez da Colonia de seu nome no Itajahy ao Governo Imperial.** Rio de Janeiro, 13.1.1860. Arquivo "José Ferreira da Silva", Blumenau. Doc. P02.13 - 134.

4. A FREGUESIA DE SÃO PEDRO APÓSTOLO DE GASPAR E AS DESAVENÇAS COM A COLÔNIA BLUMENAU

A formação da freguesia de São Pedro Apóstolo de Gaspar está intimamente relacionada à migração de alemães católicos das colônias da região próxima a Desterro para o Vale do Itajaí antes de 1850.

O primeiro templo católico construído na região de Gaspar foi a capela de Belchior, inaugurada na quinta-feira santa de 1850, situada na “margem esquerda do Itajaí, mais ou menos em frente à grande figueira na margem direita do rio, no caminho a Gaspar.”¹⁰²

O relato mais interessante existente sobre a fundação da capela do Belchior é a carta de João Schramm, escrita em 1911, que descreve detalhadamente os primeiros anos da comunidade católica de Gaspar, liderada pelo seu pai Friedrich Wilhelm Schramm, chegado em 1848 em Gaspar.

João Schramm relata:

Aí meu pai disse que não podíamos continuar assim: ‘Nós queremos construir uma capela! Quem vai nos dar o terreno?’ Logo recebemos a oferta de quatro lugares. Então meu pai disse que era preciso fazer uma escolha por votação. O terreno que recebesse mais votos seria o escolhido. Os doadores potenciais eram João Klocker, Nicolau Rausch, Valentim Theiss e Nicolau Deschamps. Marcamos o dia da votação. Foram convidados todos os moradores, desde Pedro Wagner até embaixo no ‘Real’, e até mais longe- não sei mais. Marcada a data, certo domingo, aqui em cima na propriedade do João Klocker, apareceram os alemães, os brasileiros e os belgas. A escolha

¹⁰²Cf. EMMENDOERFER, Frei Ernesto. Primórdios da Paróquia de Gaspar. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo IV, mar.1961, n.3, p. 42.

*caiu sobre o terreno do João Klocker, onde reside hoje[1911] o Pedro Mueller.*¹⁰³

A capela de Belchior serviu durante alguns anos para suprir a carência de assistência religiosa da população católica. No entanto, o tamanho e as condições da capela foram se tornando insuficientes para os fiéis.

Dessa forma, em 1857, o colono Friedrich Wilhelm Schramm conseguiu a promessa do Dr. Blumenau de reservar um terreno para a construção do templo católico, da residência do padre e um espaço para o cemitério. Em um manuscrito autógrafo do Dr. Blumenau este episódio foi descrito:

*Comparecerão o Dr. H. Blumenau e Friederico Schramm declarando o primeiro, que no anno de mil oitocentos e cincoenta e [sete] – 1857 - fez á comunidade dos christões catholicos no Gaspar devidamente representada pelo presidente da Junta administrativa da mesma, Friederico Schramm, aqui presente,[rasuras]doação do terreno da sua legitima e incontestada propriedade particular, sita na vizinhança da boca do ribeirão do Gaspar grande e hoje configurado no competente mappa sob os numeros tres (3º) a trinta e seis (36), para o mesmo exclusivamente para sempre servir, salvos os supremos direitos do Estado n'este negocio, para matriz, cemiterio, morada e chacara do padre e mais respectivas necessidades e conveniencias da Comunidade dos christões catholicos do Distrito de Gaspar e da Freguezia, [...]*¹⁰⁴

O terreno reservado pelo Dr. Blumenau para a paróquia católica era situado na margem Sul (ou margem direita) do rio Itajaí-açu, entre os ribeirões Gaspar grande e pequeno, localização da atual igreja de Gaspar.

¹⁰³ SCHMITT, Elzeário Deschamps (trad.) No “Gaspere”: carta de João Schramm (1911). **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n.2, fev.1998, p. 41.

¹⁰⁴ BLUMENAU, Dr. Hermann. **Igreja católica de Gaspar**. Manuscrito, s.d. Doc. P02.50-504.Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

Em 2 de novembro de 1860, a bordo do veleiro “Louise Friederike”, veio para o Brasil o Padre Albert Franz Gattone, nascido em Schladen, Kreis Goslar, no Estado alemão de Braunschweig, em 9 de outubro de 1834 e ordenado padre em 1858 na cidade de Hannover. Gattone veio inicialmente para a Colônia Dona Francisca, mas, a pedido do Padre Carlos Boegershausen, foi encaminhado para a localidade de Gaspar, no Vale do Itajaí.¹⁰⁵

Posteriormente, Friedrich Schramm colheu assinaturas de vários colonos residentes nas imediações para convencer o Governo Provincial da necessidade da construção de uma igreja católica em Gaspar. O texto deste abaixo-assinado tinha o seguinte conteúdo:

O abaixo assinados habitantes e moradores na antiga colônia de Gaspar formada por Alemãos, Belgas e Brasileiros à 25 anos mais ou menos, e hoje Povoada nas margens direita e esquerda do rio Itajay grande do Municipio da Villa do mesmo nome, professando a Religião de Jesus Christo, Católica Apostólica Romana, tendo ao norte do rio no recinto da povoação uma capella feita a custa dos povos onde o seu Pastor ou Párocho celebra todos os actos Divinos.

Huma povoação de Christões não pode continuar com esta, anneixa a Freguesia da Colônia de Blumenau, que é composta toda de protestantes desde de seu Pastor até o ultimo Colonio; e para se disligarem della, e formarem uma Freguesia aparte e poderem na presente Legislatura da Assembleia Provincial pedirem a criação de uma nova Freguesia com a invocação de São Pedro Apóstolo.

*Os abaixo-assinados voluntariamente prestão sua assinaturas, que se digne[...]*¹⁰⁶

¹⁰⁵ FICKER, Carlos. O problema religioso na Colônia Blumenau. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, Tomo VIII, n.8, abril 1967, p.134.

¹⁰⁶ FUNDAÇÃO FREI GODOFREDO, Gaspar. *Abaixo-assinado para a criação de uma nova Freguesia na Colônia do Gaspar*. Mimeo, s.d.

Portanto, nota-se que o estabelecimento de uma igreja católica em Gaspar foi resultado da ação conjunta do Dr. Blumenau com os colonos católicos da região, culminando com a Lei provincial n. 509, de 25 de abril de 1861, que criou a freguesia de *São Pedro Apostolo do Itajahy no Gaspar*.

4.1 A QUESTÃO DE LIMITES GASPAR/BLUMENAU

De acordo com o artigo 1º. da Lei n. 509 de 1861, os limites da freguesia de São Pedro Apóstolo de Gaspar eram:

[...]ao Norte os da Freguesia de Penha; ao Sul os da de Cambriú; ao Oeste o Ribeirão da Praia-Grande e a propriedade de Luiz Scheffen; e a Leste os Ribeirões de Luis Alves. ¹⁰⁷

Contudo, o limite mais problemático era o do Oeste, com a colônia Blumenau.

Em primeiro lugar, o dito “Ribeirão da Praia-Grande” era, até aquele momento, um riacho que nunca tinha sido denominado pelos moradores da região da Praia-Grande (atual bairro Vorstadt, em Blumenau).

Em segundo lugar, as propriedades de terra de Peter Wagner e de Ludwig Scheeffeffer, usadas também como referências de limite entre Gaspar e Blumenau, não

¹⁰⁷SANTA CATARINA. **Lei provincial n. 509 de 25.4.1861.** Coleção de Leis provinciais do ano de 1861. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

eram consideradas bons limites, devido às eventuais mudanças que poderiam ocorrer nas demarcações dos terrenos.¹⁰⁸

Em terceiro lugar, a região da “Praia-Grande” era habitada na sua quase totalidade por colonos alemães e evangélico-luteranos, que estariam mais ligados ao distrito de paz de Blumenau que à freguesia de São Pedro Apóstolo.

Portanto, a partir deste quadro, surgiram sérias discordâncias em relação aos limites entre Gaspar e Blumenau.

No dia 14 de agosto de 1861, o então Presidente da Província, Ignacio da Cunha Galvão, encarregou o padre Gattone da paróquia de Gaspar, o Dr. Blumenau e o Barão de Schneeberg (diretor da colônia Itajahy-Brusque) para verificarem as dúvidas sobre os limites de Oeste da freguesia, bem como para escolherem os lugares da futura Matriz e do cemitério de São Pedro Apóstolo de Gaspar.¹⁰⁹

O padre Alberto Francisco Gattone, o primeiro sacerdote de Gaspar, foi também o primeiro a se manifestar em relação à Lei provincial n. 509. Conforme sua correspondência, dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina, datada de 4 de setembro de 1861, o padre Gattone expressou inicialmente opinião favorável à decisão da Assembléia Legislativa Provincial.

Todavia, procurou refutar a decisão da Assembléia com a seguinte proposta:

¹⁰⁸ Ver anexos 4 e 5.

¹⁰⁹ GALVÃO, Ignacio da Cunha. **Carta dirigida ao Padre Alberto Francisco Gattone em 14.8. 1861.** Correspondências de Arcipreste e Vigários para Presidente da Província [A.V./Pres. P.] (1861/62), fl. 90. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

*Agora os ribeirões sendo sempre melhores limites do que os propriedades de Colonos, que podem augmentar ou diminuir se e para futuro sempre podem excitar duvidas, eu julgo de fechar os limites d'Oeste pelo modo seguinte: pelo lado do Sul com o ribeirão dos bugres e pelo lado do Norte pelo ribeirão da praia grande.*¹¹⁰

É evidente que o padre Gattone, dentro desta situação, queria, ao mesmo tempo, alargar as fronteiras de sua freguesia e não depender do consenso com o Dr. Blumenau e com o Barão de Schneeberg quanto à demarcação dos locais para a Matriz e para o cemitério da paróquia de São Pedro Apóstolo. O padre Gattone retomou o assunto com maior veemência em outra correspondência ao Presidente da Província, em 14 de novembro de 1861, onde ele pedia, em termos curiosos, uma decisão por parte do governante provincial:

Ex.^{mo} Snr. Presidente

Segundo o meu dever levo ao conhecimento de V Ex.^a que tendo eu combinado com o doutor Blumenau á respeito dos limites d'Oeste da freguesia de São Pedro Apostolo em Itajahy no Gaspar, agora me sinto obrigado a fazer a V Ex.^a a declaração seguinte:

Julgo ser do meu santo dever de manter a minha competencia pastoral na toda sua integridade. A minha freguesia acha-se ameaçada, um lobo ulula aoredor do meu rebanho, um homem vem com a intenção de um Napoleão contra o nosso santo padre, [...] o doutor Blumenau queira mudar os limites da freguesia de São Pedro Apostolo, queirendo elle reduzi-los até o lugar chamado Belchior.[...]As objeccões do doutor são as seguintes: o doutor diz: os Colonos arribo do Belchior teem os seus interesses na Col.^a Blumenau.

Eu digo: Tambem ha muitos na toda freguesia, que teem os seus interesses na Col.^a Blumenau, mas quem queira dismembra-los por isso da freguesia?[...]

¹¹⁰GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 4.9.1861.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fl.72. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

Não conheço o alto e sabio juizo de V Ex.^a; mas precisa dizer finalmente, que os limites não devem e podem ser mudados de nenhum modo segundo o meu parecer;[...] Os limites são os mesmos que forão marcados pela Assembleia Provincial! – Não acho um motivo da mudança dos limites[...] ¹¹¹

No dia 15 de novembro foi lavrado um abaixo-assinado, a ser encaminhado ao Presidente da Província, pelos moradores situados entre a povoação de Blumenau e o antigo arraial do Belchior, em que afirmam terem sido desmembrados da própria colônia de origem e incorporados à freguesia de São Pedro Apóstolo a partir da Lei n. 509.

Os abaixo-assinados alegam ainda que a região desmembrada pela Lei era habitada por:

[...] vinte e cinco cabeças de casal com suas familias. Treze d'estas cabeças se derivão da referida Colonia, vinte e tres são de nacionalidade allemã e pertencem ao mesmo tempo á religião evangelica, entretanto que somente dous d'ellas são de origem brasileiro-lusitana sendo ainda huma d'estas cazada com mulher allemã. ¹¹²

Como os colonos ali residentes estavam mais identificados com a colônia Blumenau do que com a freguesia de Gaspar, reclamaram seus direitos junto à Presidência da Província. Infelizmente, as assinaturas deste documento não podem ser conferidas porque o documento hoje disponível é apenas uma cópia traduzida do original em alemão.

¹¹¹ GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 14.11.1861.** Correspondências A.V./ Pres. P. (1861/62), fls. 99-100, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis..

¹¹² ARQUIVO HISTÓRICO "JOSÉ FERREIRA DA SILVA", Blumenau. **Abaixo-assinado dirigido ao Presidente da Província de Santa Catarina em 15.11.1861.** Doc. P02.14-146.

No dia seguinte, 16 de novembro de 1861, o Dr. Blumenau mandou uma correspondência ao Presidente da Província,¹¹³ expondo todos os problemas da decisão dos limites de Oeste da freguesia de Gaspar, escrita na Lei n. 509 de 1861, bem como as incoerências da proposta do Padre Gattone. Para o Dr. Blumenau, ambas decisões incorriam no erro de mutilar a colônia Blumenau, desmembrando colonos dela originados e incorporando-os indiscriminadamente à nova freguesia de São Pedro Apóstolo.

Desse modo, o Dr. Blumenau fez a seguinte proposta de limites ao Presidente da Província:

[...] Na banda do Norte do rio Itajahy a linha divisoria entre a antiga data de Jorge Wagner, hoje Pedro Wagner e a dita data de Sylvestre Moreira, hoje irmãos Deschamps e Altenburg, prolongada até as próximas nossas e, seguindo no espinhaço deles até encontrar o ribeirão do Arraial [...]

Na banda do Sul do rio Itajahy proponho o limite oriental do antigo e extinto arraial do Belchior, prolongando em linha recta para o interior:[...] ¹¹⁴

No dia 17 de novembro, portanto, um dia depois da carta do Dr. Blumenau, o padre Gattone remeteu ao Presidente da Província duas correspondências: a primeira era uma denúncia contra o abaixo-assinado de 15 de novembro:

Segundo uma charta que hoje recebi o doutor Blumenau vai pedir subscrições á respeito da mudança dos limites d'Oeste da freguesia de São Pedro Ap.º e queira remittir esta lista a V Ex.ª allegando que eu tivesse forçado os colonos arribo do

¹¹³BLUMENAU, Hermann B. Otto. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 16.11.1861.** Doc. P02.14 -148. Arquivo "José Ferreira da Silva", Blumenau.

¹¹⁴ Id., ibid.

Belchior á serem fregueses.[...]peço a V Ex.^a que não queira accreditar ao Dr. Blumenau, oqual pela mudança dos limites tenciona so colonisar o territorio arribo do Belchior para retardar a colonisação no Gaspar.[...]

Dous pessoas do doutor agora percorrem o territorio arribo do Belchior para colligir subscrições na sobredita intenção. Isso eu acho infame[...]É uma revolução pequena. É facil agitar as paixões. V Ex.^a he muito amado dos seus sujeitos, mas semper ha alguns scleratos no estado, homens perversos, se esses perversos n'algum dia queirão rêvoltar contra a V Ex.^a, poderia ser mudado por isso a ordem estabelecido?

Não e mil vezes não. ¹¹⁵

A segunda correspondência era uma relação de pessoas que, conforme o sacerdote, desejariam pertencer à nova freguesia de Gaspar.¹¹⁶ Entre eles, o padre colocou o nome dos luteranos Peter Wagner - casado com mulher católica- e seu pai Georg Wagner. Contudo, nesta relação não consta nenhuma assinatura de próprio punho de nenhum colono. Portanto, o sacerdote poderia lavrar esta lista sem a consulta de ninguém, o que atesta uma possível atitude extremada do padre Gattone em fazer valer a sua vontade.

Apesar da polêmica gerada pela questão dos limites entre Gaspar e Blumenau, a decisão do então Presidente da Província, Vicente Pires da Motta, datada de 25 de novembro de 1861 e dirigida ao padre Gattone, foi a seguinte:

Em resposta ao seo officio de 14 do corrente mez, tenho a dizer-lhe, que, em quanto pelo poder competente não forem

¹¹⁵ GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 17.11.1861.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fls.68-69. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

¹¹⁶ GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 17.11.1861.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fl.70. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

alterados os limites d'ella Freguezia, permanecerão elles taes quaes forão estabelecidos. ¹¹⁷

No entanto, a discussão seguiu durante toda a década de 1860. Em 20 de fevereiro de 1863, o Dr. Blumenau emitiu uma carta à Assembléia Legislativa Provincial, onde colocou as conseqüências da Lei n. 509 de 1861, afirmando que o desmembramento destes alemães da Colônia Blumenau prejudicou-lhes os negócios com as autoridades policiais e do juizado de paz, porque na freguesia de Gaspar teriam que se entender com os funcionários, que só falavam português e, por isso, precisavam de intérpretes, que nem sempre eram confiáveis.¹¹⁸

O Dr. Blumenau continuou, repetindo as palavras dos suplicantes:

A Assembleia Legislativa Provincial queira decretar a reincorporação dos abaixo assignados no distrito de paz da colonia Blumenau, desmembrando os da freguezia de São Pedro Apostolo e ficando os limites occidentais da mesma fixados na banda de sul do rio Itajahy grande pelos confins das propriedades de Augusto Herbst e Jacinto Correia e na banda do norte pelos mesmos entre Gustavo Brandes e Manoel d'Oliveira. ¹¹⁹

¹¹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.. **Correspondência de 25.11.1861.** Registros do Presidente da Província para Arcipreste e Vigários (1860-75) fl. 13v.

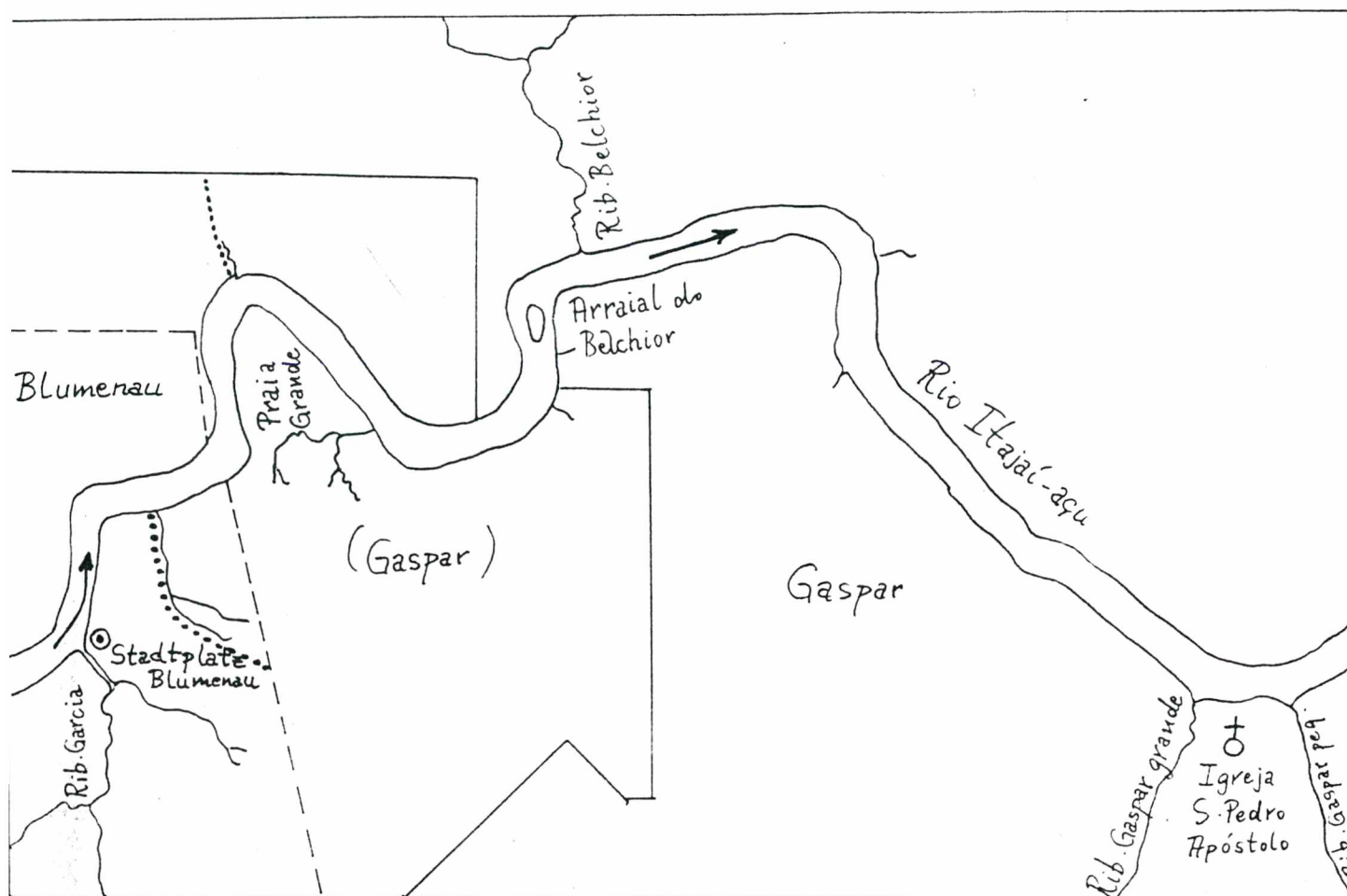
¹¹⁸ BLUMENAU, Dr. Hermann. **Carta dirigida à Assembléia Legislativa Provincial em 20.2.1863.** Doc. P02.21- 217. Arquivo "José Ferreira da Silva", Blumenau.

¹¹⁹ Id., *ibid.*

Os limites atuais entre as cidades de Blumenau e Gaspar foram efetivados somente a partir da lei n. 679 de 23 de maio de 1872,¹²⁰ que fixou quatro linhas divisórias entre os municípios de Blumenau e Gaspar, seguindo as requisições do Dr. Blumenau e dos colonos residentes no Belchior. Todavia, esta decisão foi tomada muito tempo depois do período mais sério de desavenças entre as duas cidades.

Enfim, pode-se constatar que as decisões dos órgãos do Governo, quando são feitas sem um conhecimento prévio do processo de povoamento de uma determinada região, caem em erros de difícil reparação a curto prazo.

¹²⁰SANTA CATARINA. Lei provincial n. 679, de 23.5.1872. Coleção de leis provinciais do ano de 1872. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis..



Legenda

- Limites da lei n. 509 de 1861
- Limites propostos pelo Padre Gattone
- Limites da lei n. 679 de 1872 (a partir da proposta do Dr. Blumenau)

4.2 A QUESTÃO DOS CEMITÉRIOS CATÓLICO E EVANGÉLICO-LUTERANO

O sepultamento de não-católicos, aqui no Brasil, foi visto como um problema visto desde as primeiras colônias compostas por imigrantes evangélico-luteranos. Como as colônias evangélicas, pela força das circunstâncias, criaram estruturas próprias de administração, uma providência necessária para o desenvolvimento das localidades era a abertura de cemitérios evangélicos, de modo que não acontecessem situações constrangedoras, como o sepultamento de um colono em chão profano próximo ao cemitério católico.

Desde a fundação da freguesia de São Pedro Apóstolo de Gaspar, em 1861, a questão dos cemitérios católico e evangélico-luterano representou um problema sério para a freguesia de Gaspar e para a colônia Blumenau.

Já em 1857, o Dr. Blumenau reservou lotes para o culto católico tanto na colônia Blumenau quanto em Gaspar, demarcando lugares para a igreja, cemitério e para a residência do padre, do mesmo modo como o fez para o culto evangélico-luterano. Entretanto, em 9 de outubro de 1861, o padre Alberto Francisco Gattone dirigiu-se por correspondência ao Presidente da Província sobre a necessidade de marcar um espaço para o cemitério católico na colônia Blumenau,¹²¹ como se nada tivesse sido feito neste sentido.

¹²¹ GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 9.10.1861.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fl. 101. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

De qualquer forma, o Presidente da Província respondeu ao padre de Gaspar, em ofício de 22 de Novembro de 1861, nos seguintes termos:

*Em solução a seu officio de 9 do mez passado tenho n'esta data ordenado ao Director da Col^a. Blumenau que, de accordo com VRev^{ma}. designe o local para o cemiterio dos catholicos d'aquella Colonia.*¹²²

Com essa autorização, o padre Gattone poderia iniciar as providências espirituais para preparar o terreno reservado a um cemitério.

Contudo, o padre precisava do auxílio dos colonos para os preparativos. Devido à distância existente entre a freguesia de Gaspar e a colônia Blumenau, Gattone usou um edital para divulgar os serviços de preparação do cemitério entre os colonos católicos de Blumenau. Portanto, pediu ao Sr. Wendeburg, o qual substituíra o Dr. Blumenau interinamente por motivo de viagem, para afixar o edital.

O Sr. Wendeburg não afixou o edital imediatamente, o que ocasionou uma reação do pároco de Gaspar. Em 10 de fevereiro de 1862, o padre Gattone escreve ao Presidente da Província:

*Tendo eu a honra e o dever de participar isso a VEx^a., peço VEx^a. que se digne mandar affixar o ditto edital e proteger me no meu direito, que tudo esta dimanando do poder executivo de VEx^a.*¹²³

¹²² GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 10.2.1862.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fl. 277-278. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Florianópolis.

¹²³ Id., *ibid.*

A resposta do Dr. Blumenau veio imediatamente após a sua volta à colônia. Em carta de 16 de março de 1862, expôs a situação ao Presidente da Província e acrescentou:

A requisição á respeito do cimiterio, que á Presidencia fez o Snr. Gattone, foi mais hum zelo muito gratuito e dispensado, porque já existia, o que elle pedio.[...] O Snr. Gattone porém, em vez de cumprir com a sua visita, repetidamente promettida, e acceder ao convite do Snr. Wendeburg, escrito em termos obsequiosos e polidos, mimoseou á este, dando precipitadamente, como infelizmente, já por diferentes vezes fez, esedito á alheios palavrorios e mexericos, com huma carta, como um homem sisudo e de educação a não deve escrever, e da ameaça, de querer denunciar o seu proceder á V. Ex^a.— O edital em questão se acha agora affixado desde humas tres semanas, mas sem effeito algum, como se podia prever e eu participei ao Snr. Gattone. A esteril actividade, d'escrever requisições, officios e editaes em tal cazo não basta, mas precisa-se para este fim de muitos esforços, para persuadir a gente á hum trabalho gratuito e reuni-la. ¹²⁴

Para esclarecer o mal-entendido da não-afixação do edital por parte do Sr. Wendeburg, o Dr. Blumenau escreveu ao Presidente da Província em 6 de abril de 1862:

O Snr. Gattone ultimamente me visitou e se convenceo pessoalmente, que, se o Snr. Wendeburg, meu substituto, não affixou logo o edital em questão, de resto não o fez por má vontade e sim por causa do equivoco trecho, que continha. ¹²⁵

Apesar das preocupações do padre Gattone com a rápida preparação do cemitério católico em Blumenau, este não foi concluído em pouco tempo. Isto ocasionou

¹²⁴ BLUMENAU, Hermann B. Otto. Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 16.3.1862. Doc. P02.15-155. Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

¹²⁵ BLUMENAU, Hermann B. Otto. Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 6.4.1862. Doc. P02.15-157. Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

a continuidade de enterros de católicos no cemitério evangélico-luterano da colônia, até mesmo por uma questão de transporte.

Em maio de 1862, faleceu Agnes Wagner, nascida Händchen, católica e casada com Peter Wagner, evangélico-luterano. O corpo da falecida foi enterrado no cemitério evangélico de Blumenau.

Este fato chamou a atenção do padre Gattone, que rapidamente se dirigiu ao Presidente da Província, em correspondência de 21 de maio de 1862:

[...] Ora pois Exmo. Snr. o Pastor Protestante da Colonia Blumenau tendo elle enterrado já várias vezes catholicos no cemiterio protestante, hoje até se atreveu a enterrar solemnemente uma pessoa do mesmo meu rebanho, a saber a mulher do Prttestante Pedro Wagner a que mesmo administrei o sancto viatico[...] ¹²⁶

No dia 27 de Julho de 1862, então, o Dr. Blumenau passou, em carta ao Presidente da Província, a narração do ocorrido em um dos documentos mais completos sobre a relação entre colonos católicos e evangélico-luteranos em Blumenau e Gaspar. Nesta carta, o Dr. Blumenau afirmou que:

[...]O Pastor Evangelico Hesse, excellente pregador, é homem de annos maduros e dos mais sisudos e prudentes, sendo a melhor prova, que nos seis annos, que já se acha na Colonia, os seus habitantes catholicos e evangelicos, e os da visinhança sempre vivem como uma só familia; que nem de leve e longa commeteo actos de proselytismo; que até rigorosos catholicos, que vierão assistir á seus sermões com a intenção, confessada

¹²⁶ GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 21.5.1862.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62). fls. 283. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

mais tarde, de plano, para lhe espiar as palavras, não acharão motivo de queixa alguma;[...] ¹²⁷

Em relação ao enterro de Agnes Wagner no cemitério evangélico-luterano de Blumenau, o Dr. Blumenau afirma:

[...]Sentindo-se a mulher para morrer, mandou chamar o Padre Gattone para confessar e receber o sacramento. Apareceu este, e de novo insistio, que os filhos devião ficar catholicos, mas por ora não lhe quiz dar, nem deo a communhão, até que a moribunda mulher, desesperada, lhe dizia, que elle mesmo chamasse os filhos para saber d'elles se querião ficar catholicos ou não. [...]

[...]Antes d'expirar, a mulher declara a sua vontade, de ficar enterrada no cemiterio evangelico da Colonia, onde já repousava uma amada filha sua. O marido em seguida mandou encomendar a abertura da cova, e pediu ao Pastor Hesse a usual oração funebre.[...]

[...]Á vistas detas circumstancias, e sendo o facto virgem para mim, eu lhe aconselhava de acabar o enterro, encarregando-me d'expor as mesmas circumstancias às autoridades superiores caso o Padre Gattone levantar queixas. Acabou-se logo o enterro tranquilla e dignamente, e que os catholicos, que assistirão ao mesmo, que digão si o Pastor Hesse na tocante oração funebre, que pronunciou, se permittia a menor allusão ou expressão offensiva á alguém ou á alguma opção religiosa! [grifos no original]. ¹²⁸

Antes de quaisquer conclusões precipitadas, cabe colocar que, em Blumenau, em 1861, haviam apenas 138 católicos (9,39% da pop. total) e, em 1862, 283 católicos (13,75% da pop. total).¹²⁹

¹²⁷ BLUMENAU, Hermann B. Otto. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 27.7.1862**. Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62). fls.287-289v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

¹²⁸Id., *ibid*.

¹²⁹ BLUMENAU, Hermann B. Otto. Notas estatísticas sobre a Colônia Blumenau- ano de 1862. **Blumenau em Cadernos**. Tomo V, no.4, abr. 1962, p. 61-66.

Portanto, Blumenau era, até aquela época, uma colônia preponderantemente evangélico-luterana, com uma minoria de colonos católicos e, mesmo assim, estava submetida à legislação oficialmente católica do Brasil imperial.

Por outro lado, Gaspar era uma localidade predominantemente católica, e o padre Gattone, que tinha sido educado na Alemanha de acordo com os princípios da Igreja Católica reformada pelo Concílio de Trento, não conseguia conceber uma organização eclesiástica que permitisse o convívio de dois cultos em uma só região.

Casos como o de Agnes Wagner voltaram a acontecer posteriormente. Mas, de qualquer forma, na vida cotidiana dos colonos, conforme o Dr. Blumenau,

Catholics enterrarão os seus defunctos no cemiterio evangelico, e evangelicos no dos catholicos, sem que houvesse a menor objecção de parte a parte. ¹³⁰

4.3 CASAMENTOS MISTOS

Desde o início da imigração de alemães não-católicos no Brasil, a questão de casamentos mistos entre católicos e evangélicos era uma realidade que preocupava as autoridades eclesiásticas e seculares nacionais. Como aqueles que não professavam a religião católica não possuíam amparo institucional e legal dentro do império brasileiro para a validação de seus registros de eventos vitais, tais como o batismo, o casamento e o óbito, as soluções alternativas tendiam a favorecer o catolicismo.

Para validar os casamentos mistos no Brasil, a Igreja Católica, unida ao Estado constitucional do Império, tinha poder para impor as condições, nas quais o contraente que não confessasse a religião católica primeiramente se convertesse ou então que jurasse solenemente que a educação dos filhos deste matrimônio fosse dentro do catolicismo. Este, entre outros acontecimentos, chamou a atenção de boa parte das autoridades políticas ligadas ao pensamento liberal no Brasil, que desejavam a separação definitiva entre Igreja e Estado e, por isso, tomaram providências rápidas neste sentido.

Em 1855, o então conselheiro de Estado e Ministro da Justiça do Império Nabuco de Araújo, apresentou um Relatório ao poder legislativo, no qual apontou os problemas decorrentes dos casamentos mistos no Brasil. Nele, Nabuco de Araújo afirma:

*É preciso dar existencia legal a essas familias, garantir os direitos civis dos esposos, dos filhos, como pertencentes á communhão brasileira, da qual não podem estar alienados por causa da religião que seguem. Conferir aos casamentos mixtos e protestantes os mesmos effeitos civis que competem ao casamento celebrado conforme o costume do Imperio seria uma providencia não bastante, mas defectiva quanto aos mixtos, para os quaes a grande difficuldade é a sua verificação pela parte catholica,[...]Assim, e não conseguindo-se da Santa Sé a dispensa indefinida e não limitada no impedimento *cultus disparitas*, como o exige o interesse da colonização, que é vital para nós, a providencia que cumpre tomar é a seguinte: distinguir o casamento evangelico e o mixto como civil e religioso, para que aquelle preceda a este, e seja logo seguido de direitos civis, ainda que se não verifique o religioso, sendo todavia indissoluvel pela parte catholica.*¹³¹

¹³⁰BLUMENAU, Hermann B. Otto. Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 27.7.1862. Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fls.287- 289v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

¹³¹ NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1936.Tomo I, p. 215-216.

Como os assuntos eclesiásticos no Brasil imperial pertenciam ao Ministério da Justiça, competia ao Conselho de Estado resolver a questão. Por isso, foi aprovado em 11 de setembro de 1861 o Decreto n. 1144, que declarou extensivos aos atos dos pastores das “religiões toleradas” os efeitos civis dos atos dos padres católicos, principalmente em relação ao casamento entre não-católicos, realizados dentro ou fora do Império antes ou depois da data da publicação da referida lei. No entanto, no parágrafo 4 do artigo 1º. deste decreto, foi colocada uma ressalva que trouxe mais uma vez um contexto de conveniente ambigüidade à legislação brasileira:

Tanto os casamentos de que trata o §2. como os do precedente não poderão gozar do benefício desta lei, se entre os contrahentes se der impedimento que na conformidade das leis em vigor no Imperio, naquillo que lhes possa ser applicavel, obste ao matrimonio catholico. ¹³²

Como os casamentos mistos, além de não terem sido tratados no Decreto n. 1144, não seriam de modo algum reconhecidos pelas leis canônicas da Igreja Católica caso este fosse celebrado em uma igreja evangélica, não foi inicialmente resolvido o problema dos matrimônios entre católicos e evangélicos, fato este que trouxe situações desagradáveis nas colônias em que existiam as duas confissões.

No Vale do Itajaí, a partir de 1857, o pastor Rudolph Oswald Hesse, chegado da Alemanha, já iniciou a sua atuação em Blumenau e arredores, conforme o contrato firmado entre o Dr. Blumenau e o Governo Imperial em 1855, em que este se

¹³² BRASIL. Decreto n. 1144, de 11.9.1861, art. 1º., § 4. Coleção de Leis do Império brasileiro, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

comprometeu a manter um pastor evangélico na colônia Blumenau mediante um salário de 800 mil réis por ano.

Com a fundação da paróquia católica de Gaspar, em 1861, a questão dos casamentos mistos se tornou um problema oficial intenso, visto que alguns casamentos mistos foram realizados pelo pastor Hesse.

O padre Gattone, da paróquia de Gaspar, já se pronunciou em 1862 ao Presidente da Província, numa carta de 2 de julho daquele ano, contrário à realização de casamentos mistos pelo pastor evangélico-luterano de Blumenau:

Ora pois se dá os casamentos mixtos um impedimento cultus disparitatis,[...] Agora, dado tambem que o Papa e o Bispo dispensem, os ditos casamentos podem ser celebrados sómente pelos Parochos catholicos competentes, sob pena da invalidade dos referidos casamentos, como assevera o Papa Benedicto 14 n'um Breve de 17 de Setembro de 1746, do theor seguinte: "Sciant catholici, misicoram ministro catholico et duobus testibus nuptias celebraverint, nunquam se neque coram Deo neque coram Ecclesia veras et legitimas conjuges fore." ¹³³

Continuando a carta, Gattone cita ainda um trecho do Concílio tridentino em latim, para reforçar seus argumentos:

*Eis a prova da minha these da invalidade dos casamentos mixtos celebrados pelos ministros acatholicos, aonde o Concilio tridentino acha-se publicado[...]
"Qui [...]quaam presente parochus vel alio sacerdote de ipsius parochi seu ordinarii licencia et duobus vel tribus testibus marimonium contrahere affentabunt, eos sancta synodus ad, sio*

¹³³ GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 2.7.1862.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62). fl.292 v.- 293. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

contrahendum omnino inhabiles reddit et hujusmodi contractus irritos et nullos esse decernit.

Não quero abusar mais da paciência de V Ex^a., mas não devo pois deixar de chamar a atenção de V Ex^a. para o facto que o ministro protestante da Colonia Blumenau sempre e sempre benze taes matrimonios mixtos contra as leis da Igreja, e a acima citada restrição da alta Assembléa geral. Os effeitos civis não se estendem as casamentos celebrados pelos ministros protestantes como temos mostrado. ¹³⁴

Esta carta demonstra que, mesmo sendo a administração eclesiástica brasileira independente da Santa Sé, o padre Gattone seguia apenas o direito canônico romano, entrando em choque com a realidade no Brasil.

Em outra correspondência do mesmo dia, Gattone pergunta ao Presidente da Província se o pastor da colônia Blumenau podia batizar legalmente os filhos nascidos dos casamentos mistos, visto que estes casamentos só eram legitimados pelo padre através do juramento da educação da prole na religião católica.¹³⁵

A resposta do Presidente da Província foi curta e ponderada:

Em resposta ao officio de 2 do corrente, no qual V Rev^{ma}. consulta se o Ministro Protestante da Colonia Blumenau póde baptisar licitamente crianças nascidas dos casamentos mixtos d'essa Freguesia, declaro a V Rev^{ma}., que nosso direito actual permitindo outras religiões alem da do Estado, não se póde impedir por meio da Autoridade, que nos casamentos mixtos os pais escolhão para baptisar seus filhos os Ministros Protestantes. ¹³⁶

¹³⁴ Id., *ibid.*

¹³⁵ GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 2.7.1862.** Correspondências A.V./Pres. P. 1861/62. fl. 291. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

¹³⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. **Correspondência de 12.7.1862.** Registros Pres.P./A.V. (1860/75), fl. 22.

Inconformado, o Padre Gattone retornou ao Presidente da Província em carta de 24 de agosto de 1862, declarando que, se os casamentos mistos só eram legitimados com o juramento da educação da prole de acordo com a religião católica, como o pastor evangélico-luterano poderia batizar os filhos desses casamentos “*sem cooperar com a infracção do guisamento prestado e dignado*”.¹³⁷

Contudo, os casamentos inevitavelmente continuaram e, também inevitavelmente, continuaram as discussões entre as igrejas católica e evangélica a respeito.

Como exemplo desta prática muito difundida no Vale do Itajaí, estava o casamento de Pedro Priester e Margarida Schütz, ele evangélico-luterano e ela católica, realizado pelo pastor Hesse em Blumenau, fato este que chamou novamente a atenção das autoridades eclesiásticas e seculares da região.

O Dr. Blumenau, em carta datada de 16 de fevereiro de 1863, expôs ao Presidente da Província a questão, colocando inicialmente que o pastor Hesse, conforme os estatutos da igreja evangélica luterana e os parágrafos 3 e 4 do Decreto n. 1144 de 1861, poderia celebrar os casamentos mistos em que a noiva fosse evangélica. Mas, como a noiva era católica, o pastor só poderia celebrar o casamento se o padre se recusasse a celebrar o evento.¹³⁸

E o padre Gattone se recusou a celebrar o casamento, visto que o noivo não concordou em assinar um termo de juramento da futura educação dos filhos conforme a religião católica. Diante de tal situação, o Dr. Blumenau declara:

¹³⁷ GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 24.8.1862.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

¹³⁸ BLUMENAU, Hermann B. Otto. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 16.2.1863.** Doc. P02.18-181. Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

Hum homem que se preza á si mesmo, não pode assignar, não ha de jamaiz assignar hum termo, como os ultramontanos o exigem sobre a futura religião dos seus filhos e preferirá, viver no concubinato, do que curvar-se á tão violenta coacção - mas o Estado como tal de certo não pode ver com indiferença, nem lucrar em que a verdadeira moralidade fique sacrificada ao triumpho do jesuitismo e ultramontanismo [grifos no original].¹³⁹

No mesmo dia, o Dr. Blumenau dirigiu uma carta particular ao Presidente da Província, reiterando a questão dos casamentos mistos e pedindo que se tomassem providências a respeito do pároco de Gaspar, sendo a questão

[...] de principio, de vida e morte para a presente e futura colonisação brasileira-allemaã, e por ser profundamente penetrado do iminente perigo, que ameaça as colonias e sobretudo esta, á que sacrifiquei tudo [grifo no original].¹⁴⁰

Realmente, a disfarçada situação de legalidade da igreja evangélica-luterana no Vale do Itajaí, bem como em todas as colônias alemãs no Brasil, merecia atenção das autoridades brasileiras, até mesmo para garantir direitos de cidadania aos imigrantes que não professavam a religião católica.

O Decreto Imperial n. 3069 de 17 de abril de 1863, que regulou o registro de nascimentos, casamentos e óbitos de não-católicos no território nacional, foi uma solução imediata ao problema, garantindo aos que não professavam a religião católica a

¹³⁹ Id., *ibid.*

¹⁴⁰ BLUMENAU, Hermann B. Otto. *Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 16.2.1863*. Doc. P02.21-218. Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

liberdade de culto e a legalidade da transmissão de heranças, visto que o registro de eventos vitais dos não-católicos foi legado às autoridades civis.

Assim, em Blumenau, a partir de 8 de outubro de 1863, os registros de não-católicos começaram a ser feitos na secretaria da direção da colônia, estendendo a validade civil dos registros católicos aos de qualquer outra religião.

Não obstante, mesmo depois de 1863, a maioria dos evangélicos pertencentes à colônia Blumenau, bem como a qualquer colônia evangélica no Brasil, continuaram entrando em conflito com os padres estrangeiros de paróquias católicas vizinhas, que, inseridos no espírito da Igreja Católica tridentinizada, não permitiam tais transgressões no seu meio paroquial, mesmo que o Governo Imperial, responsável pelos assuntos eclesiásticos no Brasil, tivesse dado estas concessões aos não-católicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada de imigrantes não-católicos no Império brasileiro trouxe uma nova realidade ao Brasil. Primeiramente, o Governo Imperial tomou a iniciativa de promover a imigração européia em colônias organizadas pelas próprias estruturas governamentais, o que não obteve grande desempenho desde o reinado de D. Pedro I. Durante o reinado de D. Pedro II, os projetos de desenvolvimento do Sul do Brasil por parte de intelectuais e políticos estrangeiros vieram ao encontro da necessidade de povoar as províncias meridionais do país com trabalhadores europeus livres e pequenos proprietários de terras. No entanto, estes projetos, como o da colônia Blumenau, só puderam se desenvolver efetivamente a partir do apoio financeiro e político do Governo Imperial, que gastou grandes somas em dinheiro e se preocupou em fornecer estruturas que atraíssem emigrantes europeus, católicos ou não, para as colônias do Brasil meridional.

Em um governo baseado na união entre a Igreja e o Estado, como era o Império brasileiro, a imigração de europeus não-católicos apresentou duas faces bem definidas. Por um lado, restringiu-se muito a participação efetiva dos que não professavam a religião católica, pois através da Constituição de 1824 criou-se uma situação de parcial ilegalidade dos mesmos quanto à sua liberdade de culto e sua participação social como cidadãos plenos. Por outro lado, a administração dos negócios eclesiásticos pelo Ministério da Justiça do Império encontrou um viés para operacionalizar a quebra da exclusividade da Igreja Católica romana como a Igreja oficial do Estado, dados os interesses dos políticos liberais ligados ao alto escalão do Império, que tencionavam separar a Igreja Católica da administração estatal.

A situação mostrou-se ainda mais complicada com a chegada do clero católico ultramontano que, seguindo as premissas da Igreja Católica Romana ligada à Santa Sé e reformada pelo Concílio de Trento, tinha princípios rígidos de administração eclesial e não permitiu as concessões dadas aos não-católicos pelo Governo Imperial. As desavenças religiosas no Vale do Itajaí foram, portanto, uma sucessão de mal-entendidos, dado que o padre Gattone seguia o direito canônico romano e, apoiado na oficialidade católica no Império brasileiro, não compreendia as concessões dadas aos evangélicos em Blumenau. Por isso, pode-se deduzir que o clero ultramontano e a imigração de evangélicos foram os principais agentes catalisadores das reformas religiosas e políticas no Brasil imperial, cujas mudanças favoreceram a liberdade de culto e a separação Igreja-Estado.

Algumas conseqüências deste contexto histórico foram a Questão Religiosa, de 1872, e a Lei Saraiva de 1881. A Questão Religiosa iniciou-se com a atitude do bispo de Olinda, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, que ordenou a certos membros de irmandades religiosas do Pernambuco a abjurarem a Maçonaria, sob pena de excomunhão caso não se retratassem. Não obstante, como a administração eclesiástica brasileira funcionava independentemente da Santa Sé, e todas as bulas papais precisavam de beneplácito do Imperador brasileiro para ter valor no país, surgiu um impasse. Se a bula *Syllabus*, que atacava a maçonaria, não obteve aceitação por parte do Governo Imperial brasileiro, o Supremo Tribunal condenou o bispo de Olinda em 2 de janeiro de 1874 pelo crime de obstar ou impedir o efeito das determinações dos Poderes Moderador e Executivo, conformes à Constituição e às leis. Contudo, como os bispados de Olinda e do Pará, ficaram sem governo eclesiástico, a única providência a ser tomada

pelo Governo foi a anistia aos bispos, declarada em 17 de setembro de 1875, reafirmando, entretanto, que deveriam ser mantidos os direitos do Estado brasileiro.¹⁴¹

A Lei Saraiva, que em 1881 concedeu maior acesso de direitos políticos e de cidadania aos que não professavam a religião católica, deu mais um passo rumo à laicização do Estado nacional, que foi conquistada de forma mais ampla apenas com a proclamação da República, em 1889, que foi o marco definitivo do processo de separação Igreja-Estado no Brasil.

Por último, destaca-se que os tipos ideais weberianos, construídos ao longo desta dissertação para analisar as relações existentes entre o poder da união Igreja-Estado sobre os direitos de liberdade de culto e de cidadania dos imigrantes não-católicos na região do Vale do Itajaí, demonstraram a complexidade empírica deste contexto histórico, visto que o próprio Ministério da Justiça do Império, encarregado dos negócios eclesiásticos dentro do território nacional, foi gradativamente dando condições aos não-católicos de participarem normalmente na vida pública, mesmo que isto comprometesse a oficialidade da Igreja Católica no Brasil Imperial.

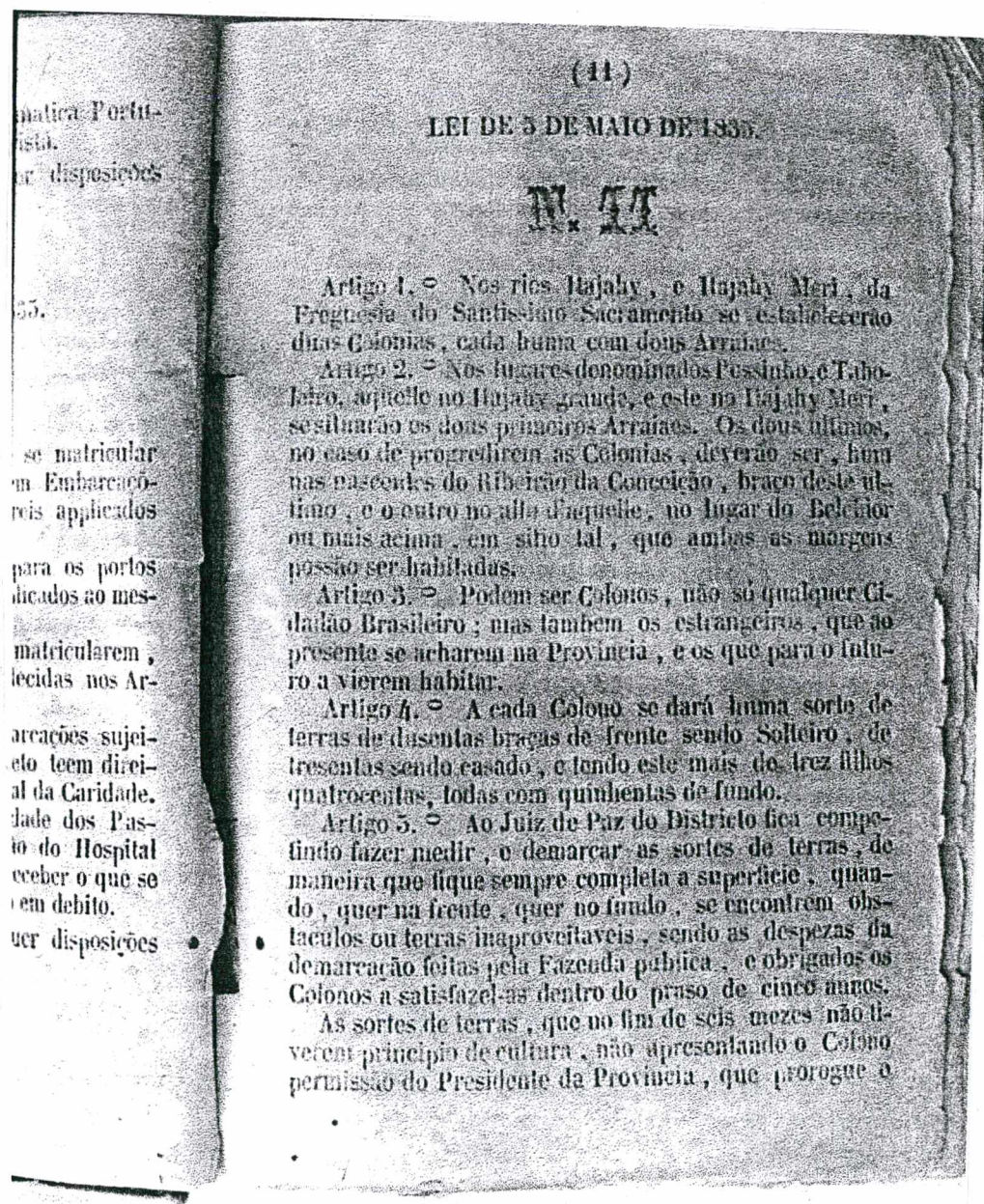
¹⁴¹ NABUCO, *op.cit.*, Tomo II, p. 242-258.

ANEXOS

Anexo 1

SANTA CATARINA. Lei provincial n. 11, de 5.5.1835. Coleção de Leis do Estado de

Santa Catarina. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.



(12)

prazo, serão consideradas vagas, e nos termos de serem concedidas a quem as requerer.

Artigo 6.º Perderá o direito á sorte de terras o Colono, que em qualquer tempo a abandonar por trez annos consecutivos, e não a poderá vender, ou seus herdeiros, antes de passados dez annos a contar da data da concessão. As disposições acima não se entendem a respeito das benfitorias.

Artigo 7.º Nos lugares designados para os Arraiaes ou Povoações na forma do Artigo 2.º se marcará huma extensão de quinhentas braças em qua lro. para os estabelecer, da qual se distribuirá a cada hum Colono a necessaria porção para edificação da casa, reservando se o restante para logradouro Publico. A fundação dos Arraiaes precederá levantamento do plano para elle, que será mandado fazer pelo Presidente da Provincia.

Artigo 8.º Ficão contemplados como Colonos os posseiros ja estabelecidos nos lugares designados no Artigo 1.º, por permissão do Presidente da Provincia, e confirmados na posse interina, em que se achão.

Artigo 9.º Os Colonos serão isentos de todo o onus pessoal fora do Districto da Colonia, e de imposições de qualquer natureza, que sejam, por tempo de dez annos. As outras vantagens porem, e a Concessão gratuita de terrenos, cessarão, a contar do primeiro de Marco de mil oitocentos trinta e oito em diante.

Artigo 10.º Ao Presidente da Provincia compete dar cumprimento á presente Resolução, dando conta á Assembléa Provincial, em cada huma de suas Sessões, do estado das referidas Colonias.

Artigo 11.º Ficão derogadas todas as disposições em contrario.

Anexo 2

ETUR, Augusto Frederico Benjamim. **Quadro demonstrativo da Collonia do Rio**

Itajahy Grande apresentado pelo abaixo assignado ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senr.^e D.^{or}

João Jozé Coutinho Prezidente da Provincia. Itajahy, 15 jan. 1852. Arquivo

Histórico de Joinville. Coleção Ficker, Lote 1643, Pasta 05, Documento 002.

Nome	Nação	Estado civil	Número de filhos		Total de pessoas	Quantidade de braças concedidas	
			M.	F.		Margem N.	Margem S.
Angleber Guivert	Belga	Cazado	1	-	3	-	-
Leonardo Mas	"	"	1	2	5	-	-
Gostavão Lebom	"	"	-	1	3	-	-
Angleber Ramer	"	"	-	-	1	-	-
Luiz Ofetem	"	"	1	1	4	-	-
Felis Ofetem	"	Solteiro	-	-	1	-	-
Leom de Conninque	"	Cazado	2	-	4	-	-
Antonio Dias da Costa	Brazileiro	"	1	-	3	300	-
Leonardo Degam	Belga	Viúvo	1	2	4	-	-
Leonardo Wandregau	"	Cazado	1	2	5	-	-
Carlos Francisco Castelem	"	"	3	-	5	-	-
Ignacio de Candre	"	"	3	2	7	-	-
Luiz Marbar	"	"	1	1	4	300	-
Eugenio Mais	"	"	2	2	6	-	-
Leandro Mais	"	"	1	-	3	-	-
Carlos Opestal	"	"	-	-	2	150	-
Francisco Chedraide	"	Viúvo	2	3	6	-	-
Antonio Teixeira Canellas	Brazileiro	Cazado	3	-	5	250	-
Luiz Dias de Arzão	"	"	1	1	4	400	-
Agostinho Alves dos Santos	"	"	3	1	6	400	-
Alexandre Moreira	"	"	2	4	8	-	-
Manoel Pascoal Martins	"	"		3	5	-	-
Jose Francisco	Portuguez	"	1	4	7	-	-
Luiz Antonio de Oliveira	Brazileiro	"	1	1	4	-	-
Henrique Planque	Belga	"	1	2	5	200	-
Gregorio Impe	"	"	1	1	4	-	-
Miguel [Coeke]	"	Solteiro	-	-	1	-	-
Francisco da Costa Passos	Brazileiro	Cazado	3	4	9	300	-
Benigno Lopes Monção	"	"	2	2	6	300	-
Joaquim Alves de Andrade	"	"	5	1	8	400	-
João Vicente da Silva	"	"	1	2	5	300	-
Henrique Etur	"	Viúvo	3	-	4	300	-
Nicolau Binche	Allemao	Cazado	2	1	5	150	-
Jaco Milar	"	"	1	1	4	200	-
João Luiz Dias de Arzão	Brazileiro	"	3	4	9	-	200

Antonio Vanzoita	“	Viúvo	1	-	2	-	200
Bento José da Costa	“	Cazado	-	-	2	-	300
Manoel Benincio Rebello	“	“	-	1	3	190	-
Jose Rebello Soares	“	“	1	4	7	190	-
João Kerpa	Allemao	“	-	1	3	100	-
Frederico Guilherme Charam	“	“	3	2	7	-	300
Manoel José Pereira	Brazileiro	“	4	2	8	200	300
Mathias Chenaide	Allemao	Viúvo	-	-	1	-	62
Felipe Chenaide	“	Cazado	2	-	4	-	62
Joaquim da Silva	Brazileiro	“	1	1	4	-	62
João Baptista Willem	Belga	“	3	3	8	-	50
Jaco Taes	Allemao	“	2	1	5	200	-
João Chenaide	“	“	2	4	8	-	300
João Pedro Janquar	“	“	3	5	10	200	-
João Neirique	Belga	“	3	-	5	25	-
Maria Eixa	Allemao	Viúva	2	-	3	100	-
Wallentim Taes	Allemao	Cazado	3	5	10	-	300
José Henque	“	“	3	5	10	100	-
João Cloker	“	“	-	-	2	100	-
Pedro Deichamp	“	Solteiro	-	-	1	-	200
Nicolão Deschamp	“	Cazado	4	-	6	-	400
Nicolão Deichamp Junior	“	“	3	3	8	-	-
Pedro Chaice	Belga	“	1	1	4	100	-
Pedro José	Allemao	“	1	3	6	100	-
Nicolão Rocha	“	“	-	-	2	200	-
Jorge Wargna	“	“	3	-	5	400	-
Luiz Wargna	“	“	1	2	5	50	-
Silvestre Moreira	Brazileiro	“	-	-	2	300	-
Pedro Dias de Arzão	“	“	7	2	11	400	-
Jose Francisco de Oliveira	“	“	-	-	2	100	-
Jose Henriques Flores	“	“	3	3	8	-	300
Idem	“	“				300	-
Idem	“	“				-	200
Manoel Antonio de Miranda	“	“	2	3	7	200	-
Antonio João de Oliveira	“	“	2	-	4	-	200
Marcelino Dias da Costa	“	“	3	2	7	200	-
Francisco Dias da Costa	“	“	1	3	6	200	-
Francisco Antonio de Oliveira	“	“	2	3	7	300	-
Augusto Lebom	Belga	“	-	-	2	-	-

Totais:

72 colonos, 119 filhos, 107 filhas, 360 pessoas, 3536 braças S do Itajaí, 8105 braças N do Itajaí, 62 casas, 59 estabelecimentos de elaboração de cereais, 43 estabelecimentos de elaboração de mandioca e cana, 21 engenhos de mandioca, 16 engenhos de cana, 193 vacas, 108 bois.

Anexo 3

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Registro

do Vigário de Itajahy/ Porto Bello, 1856/57, livro n.º 6, fl. 196.

Registro de posse de terras do Dr. Blumenau.

159
N.º 196

O Dr. Hermann Blumenau possui uma sesmaria da
S.ª Sacramento de Itajahy no rio Itajahy grande as seguintes
terras:

No lado do Sul.
As cabeceras da Gaspar 280 braças de frente E. e com 500
de fundos S. e hum triângulo a ellas annas, con-
frontando no E. com João Vazquez, no O. com Per-
ce. Maurer, no N. com o rio, no S. com o
rio. 300 braças em ☐ fitas nas fendas das canceiras
ale feitas e confrontando pelo E. com Henrique Flori-
e terras devolutas ou duvidosas, pelo N. com diversos
proprietarios, pelo S. e O. com terras devolutas.
Superficie em lida. 9265.000 braças ☐ das

Na colonia Blumenau, a parte da area d'ella, que
ainda não foi distribuida a colonos, confrontando
pelo E. em parte com Luiz Schaffer, parte com terras de-
vidas, pelo N. com o rio e diversas colonos e proprie-
tarios, pelo O. com terras devolutas ou duvidosas.

No lado do Norte.
A parte da colonia Blumenau, que se acha em esta
banda do rio e ainda não foi distribuida a colonos,
confrontando pelo S. com o rio e diversos proprietarios
os, pelo N. com terras devolutas ou duvidosas, pelo E. e O.
com diversos colonos e proprietarios de terras e com ter-
ras devolutas. Superficie approssimativa em lida. de
luzido 192680 braças ☐ ja distribuidas e appron-
calculados. 179075.000 braças ☐ das.

Acima da Belochior 210 braças de frente E. e com 500
fundos S. e confrontando pelo E. com vicosa Chapes, pelo
O. com terras devolutas, pelo S. com o rio.

Na barra de Itajahy medem 25 braças de frente e fundos
confrontando pelo N. e S. com Gaertner e
Sallentiano, pelo E. com Jo. Floriana, pelo O. com o rio.

Na freguesia da barra diversos chãos de capes fitas na
segunda serie, confrontando com diversos proprietarios
e rias. Superficie appross 260 braças ☐ das.

Colonia Blumenau tole S. de 6 de 1856.
H. Blumenau

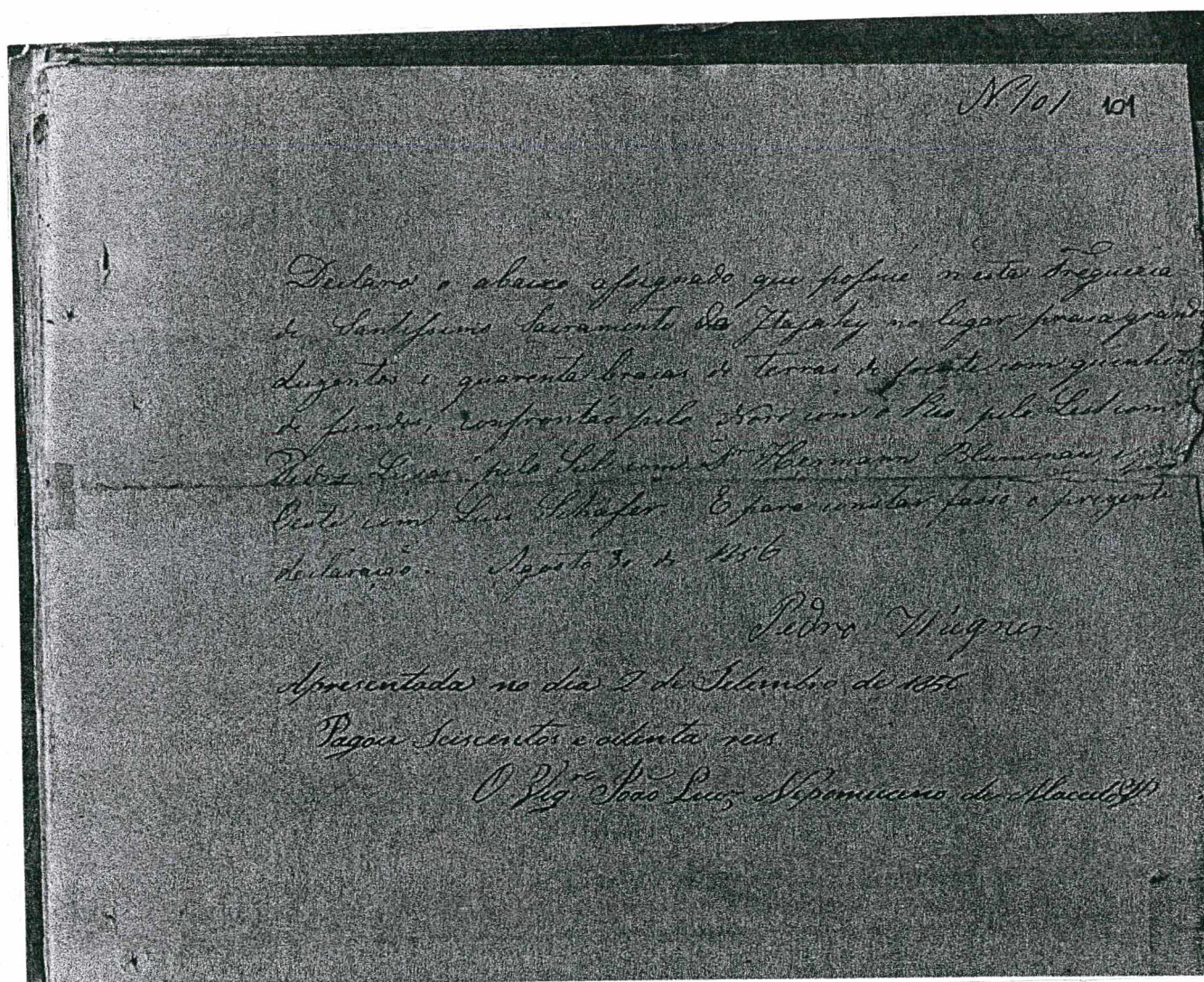
Apresentada no dia 15 de Novembro de 1856
Paguei hum mil e oitenta e seis
O Vig.º João Luiz Sepmann de Manteiga

Anexo 4

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Registro

do Vigário de Itajahy/ Porto Bello, 1856/57, livro n.º 6, fl. 101.

Registro de terras de Peter Wagner.



Anexo 5

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Registro

do Vigário de Itajahy/ Porto Bello, 1856/57, livro n.º 6, fl. 162.

Registro de posse de terras de Ludwig Scheeffter.

13
N.º 162 162

Ludwig Scheeffter possui na freguesia de S. S.
 Sacramento de Itajahy na colônia Blumenau,
 na povoação 115 braças de terras de frente E. O.
 com fundas competentes N. S., confronta pelo
 E. com Pedro Wagner, pelo O. com o Sr. Blumenau,
 pelo N. com o rio, pelo S. com o Sr. Blumenau.

Superfície approx. 56.500 braças []^{de}
 Colônia Blumenau, 1 de Setembro de 1856.

Ludwig Scheeffter.

Apresentada no dia 15 de Novembro de 1856.
 Pelo relatorreis.
 O Vig. João Luiz Apomuceno de Macedo J.º

Anexo 6

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. Registro

do Vigário de Itajahy/ Porto Bello, 1856/57, livro n.º 6, fl. 245.

Registro de terras de Friedrich Wilhelm Schramm.

1857
 244
 Eu abaixo assignado declaro que sou
 possuidor de trezentas braças de terra
 de frente com quinhentos de fundo no
 lugar denominado Casbar grande no
 Rio Itajahy grande. As terras confinam
 pelo Sul com Ricardo Maurer,
 pelo Nordeste com João José Pereira,
 pelo noroeste com o Rio e pelo sudeste a
 quem pertence.
 Freguesia de S. S. Sacramento.
 Fried. Wilh. Schramm
 Apresentada no dia 17. de Janeiro de 1857
 Pagou seiscentos e vinte reis.
 O Vig. Luiz Nepomuceno de Macedo

Anexo 7**Fontes e referências bibliográficas das tabelas n. 1 e n. 2 do capítulo 2**

1. ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.
Livro de batismos, casamentos e óbitos da paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí 1834-45.
2. ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.
Livro de batismos da paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí 1844-47.
3. ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.
Livro de batismos da paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí 1854-64.
4. ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, Joinville. **Coleção Ficker, Lote 1643, Documentos da “Collonia Itajahy”(1841-1843).**
5. CABRAL, Oswaldo R. Antigos moradores de Gaspar. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo I, p. 68-70, 1958.
6. ARQUIVO HISTÓRICO “JOSÉ FERREIRA DA SILVA”, Blumenau. **Livro de registros de informações de terras da câmara de Porto Belo.**
7. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.
Correspondências de Arcipreste e Vigários para Presidente da Província 1846-paróquia de Itajahy.
8. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.
Livros de títulos definitivos de posse de terras n.º 759 e 763 [com índices].
9. ETUR, Henrique. **Relação dos Mantimentos Colhidos na Collonia do Itajahy Grande no Anno de 1850.** Itajahy, 30 jan. 1851. Arquivo Histórico de Joinville, Coleção Ficker, Lote 1643, Pasta 05, Documento 001.

10. ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

Livro de casamentos da paróquia de Brusque 1861-80.

11. ETUR, Augusto Frederico Benjamim. **Quadro demonstrativo da Collonia do Rio**

Itajahy Grande apresentado pelo abaixo assignado ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senr.^e D.^{or}

João Jozé Coutinho Prezidente da Provincia. Itajahy, 15 jan. 1852. Arquivo

Histórico de Joinville. Coleção Ficker, Lote 1643, Pasta 05, Documento 002.

12. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

Registro do Vigário de Itajahy/ Porto Bello, 1856/57, livro n.º 6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

FONTES PRIMÁRIAS

ALVIM, Miguel de Souza Mello. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina do ano de 1830.** Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p. 7-8.

ARQUIVO HISTÓRICO "JOSÉ FERREIRA DA SILVA", Blumenau. **Abaixo-assinado dirigido ao Presidente da Província de Santa Catarina em 15.11.1861.** Doc. P02.14-146.

ARQUIVO HISTÓRICO "JOSÉ FERREIRA DA SILVA", Blumenau. **Festschrift zur Jahrhundert-Feier der Evangelische Kirchengemeinde Blumenau 1857-1957.**

ARQUIVO HISTÓRICO "JOSÉ FERREIRA DA SILVA", Blumenau. **Livro de registros de informações de terras da câmara de Porto Belo.**

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, Joinville. **Coleção Ficker, Lote 1643, Documentos da "Collonia Itajahy"(1841-1843).**

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, Joinville. **Coleção Ficker, lote 1641, pasta 023, doc. 5.**

ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. **Livro de casamentos da paróquia de Brusque 1861-80.**

ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. **Livro de batismos, casamentos e óbitos da paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí 1834-45.**

ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

Livro de batismos da paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí 1844-47.

ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

Livro de batismos da paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí 1854-64.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. **Avisos**

do Ministério do Império para o Presidente da Província (1850-1852).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

**Correspondências de Arcipreste e Vigários para Presidente da Província 1846-
paróquia de Itajahy.**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

Correspondência de 25.11.1861. Registros do Presidente da Província para
Arcipreste e Vigários [Pres.P./ A.V.] (1860-75) fl. 13v.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

Correspondência de 12.7.1862. Registros Pres.P./A.V. (1860/75), fl. 22.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. **Livro de**

títulos definitivos de terras n. 763, fls. 85-85v.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. **Livros**

de títulos definitivos de posse de terras n.º 759 e 763 [com índices].

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. **Registro**

do Vigário de Itajahy/ Porto Bello, 1856/57, livro n.º 6.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

Registros do Presidente da Província para autoridades exteriores (1828-1838).

Ofício de 19.5.1830.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis. **Ofícios da Assembléia Legislativa Provincial para o Presidente da Província (1845-1848).**

BLUMENAU, Dr. Hermann. **Artigos fundamentaes para o estabelecimento de Allemães na Província de Santa Catarina.** Desterro, 16.3.1848, Doc. P02.1-15. Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

BLUMENAU, Dr. Hermann. **Carta dirigida à Assembléia Legislativa Provincial em 20.2.1863.** Doc. P02.21- 217. Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

BLUMENAU, Dr. Hermann. **Igreja católica de Gaspar.** Manuscrito, s.d. Doc. P02.50-504. Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau.

BLUMENAU, Dr. Hermann. **Requerimento enviado ao Governo Imperial.** Rio de Janeiro, 26.7.1848. Doc. P02.1- 18. Arquivo “José Ferreira da Silva”, Blumenau,

BLUMENAU, Hermann B. Otto. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 16.3.1862.** Doc. P02.15-155. Arquivo “José Ferreira da Silva”- Blumenau.

BLUMENAU, Hermann B. Otto. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 6.4.1862.** Doc. P02.15-157. Arquivo “José Ferreira da Silva”- Blumenau.

BLUMENAU, Hermann B. Otto. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 27.7.1862.** Correspondências de Arcipreste e Vigários para o Presidente de Província [A.V./Pres. P.] (1861/62). fls.287-289 v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Florianópolis..

BLUMENAU, Hermann B. Otto. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 16.2.1863.** Doc. P02.18-181. Arquivo "José Ferreira da Silva", Blumenau.

BLUMENAU, Hermann B. Otto. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 16.2.1863.** Doc. P02.21-218. Arquivo "José Ferreira da Silva", Blumenau.

BLUMENAU, Hermann B. Otto. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 16.11.1861.** Doc. P02.14 -148. Arquivo "José Ferreira da Silva", Blumenau.

BRASIL. **Constituição outorgada de 1824.** Coleção de Leis do Império do Brasil. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

BRASIL. **Decreto n. 1144, de 11.9.1861.** Coleção de Leis do Império Brasil. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

BRASIL. **Lei n. 16, de 12.8.1834, art. 11, § 5.** Coleção de Leis do Império Brasileiro. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p. 225-226.

BRASIL. **Lei Orçamentária Imperial de 15.12.1830.** Decretos Imperiais 1827-1831, Vol. 15. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p.271.

BRASIL. Repartição Geral das Terras Públicas. **Termo de cessão, que o Dr. Hermann Blumenau fez da Colonia de seu nome no Itajahy ao Governo Imperial.** Rio de Janeiro, 13.1.1860. Arquivo "José Ferreira da Silva", Blumenau. Doc. P02.13 - 134.

BRITO, Antero José Ferreira de. **Registro de 18.3.1848 à Assembléia Legislativa Provincial.** Registros do Presidente da Província para a Assembléia Legislativa Provincial (1846-1851), fl. 52, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

COUTINHO, João José. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina do ano de 1851.** Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

ETUR, Augusto Frederico Benjamim. **Quadro demonstrativo da Collonia do Rio Itajahy Grande apresentado pelo abaixo assignado ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senr.^e D.^{or} João Jozé Coutinho Prezidente da Provincia.** Itajahy, 15 jan. 1852. Arquivo Histórico de Joinville. Coleção Ficker, Lote 1643, Pasta 05, Documento 002.

ETUR, Henrique. **Rellação dos Mantimentos Colhidos na Collonia do Itajahy Grande no Anno de 1850.** Itajahy, 30 jan. 1851. Arquivo Histórico de Joinville, Coleção Ficker, Lote 1643, Pasta 05, Documento 001.

FUNDAÇÃO FREI GODOFREDO, Gaspar. **Abaixo-assinado para a criação de uma nova Freguesia na Colônia do Gaspar.** Mimeo, s.d.

GALVÃO, Ignacio da Cunha. **Carta dirigida ao Padre Alberto Francisco Gattone em 14.8.1861.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fl. 90. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GÄRTNER, Rheinhold. Erläuterungen zur beifolgenden Karte der Flußgebiete des großen und kleinen Itajahy. In: BLUMENAU, **Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation** . Rudolstadt: G. Froebel Verlag, 1850. [anexo].

GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 14.11.1861.** Correspondências A.V./ Pres. P. (1861/62), fls. 99-100, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 17.11.1861.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fls.68-69. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 9.10.1861.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fl. 101. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 10.2.1862.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fl. 277-278. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis..

GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 21.5.1862.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fls. 283. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 2.7.1862.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62). fl. 293. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 2.7.1862.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62). fl. 291. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 24.8.1862.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62). fl.?. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 4.9.1861.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fl.72. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

GATTONE, Alberto Francisco. **Carta dirigida ao Presidente da Província de Santa Catarina em 17.11.1861.** Correspondências A.V./Pres. P. (1861/62), fl.70. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

PARDAL, João Carlos. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina do ano de 1840**. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p. 39.

PARDAL, João Carlos. **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina do ano de 1839**. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTA CATARINA. **Lei provincial n. 11, de 5.5.1835**. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p. 11-12.

SANTA CATARINA. **Lei provincial n. 28, de 25.4.1836, art. 1, § 4**. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. p. 43.

SANTA CATARINA. **Lei provincial n. 49, de 15.6.1836**. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTA CATARINA. **Lei provincial n. 509 de 25.4.1861**. Coleção de Leis provinciais do ano de 1861. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTA CATARINA. **Lei provincial n. 679, de 23.5.1872**. Coleção de leis provinciais do ano de 1872. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

ARTIGOS

ABRANTES, Visconde de. **Memoria sobre os meios de promover a colonisação**. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro, ano II, n. 2 e 3, abr. e jul. de 1945. p.832-891.

- BLUMENAU, Cristina. O Doutor Hermann Blumenau: um colonizador alemão no Brasil. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo I, n.5, p.82, mar. 1958.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Imperador D. Pedro II. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XL, n. 3, mar. 1999, p. 18-28.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 2.3.1849. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 10, out. 1998.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 21.4.1848. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 3, março 1998.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 26.6.1846, **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 5, maio 1998.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 26.6.1846. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 6, junho 1998.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 27.3.1850. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XL, n.2, fev. 1999.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 3.8.1846. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 7, julho 1998.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 30.3.1846, **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 4, abril 1998.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta de 5.8.1848. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n. 8, ago.1998.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Notas estatísticas sobre a Colônia Blumenau- ano de 1862. **Blumenau em Cadernos**. Tomo V, no.4, abr. 1962, p. 61-66.
- BOITEUX, Almirante Lucas A. Itajaí: de Fazenda à Cidade (II). **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, Tomo I, n.7, p. 128-129, maio 1958.

- CABRAL, Oswaldo R. Antigos moradores de Gaspar. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo I, p. 68-70, 1958.
- EMMENDOERFER, Frei Ernesto. Primórdios da Paróquia de Gaspar. **Blumenau em Cadernos**, Tomo IV, n. 3, mar.1961.
- FICKER, Carlos. O problema religioso na Colônia Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo VIII, n.8, abril 1967.
- FOUQUET, Carlos. Vida e obra do Doutor Blumenau. **Centenário de Blumenau**. Blumenau: Comissão dos Festejos, 1950. p. 52-115.
- KOTHE, Mercedes Gassen. Os alemães no Brasil: preservação da língua, dos usos e costumes. In: **Migraciones**. Münster, v. 2, n. 1, p. 2-18, Fev. 1991.
- PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. A Colonização Alemã na área fronteira à Ilha de Santa Catarina. Observações geográficas. **Revista do IHGSC**. 3ª. fase, n. 2,I Semestre 1980.
- RIBEIRO, João Alberto de Miranda. Relatório dirigido ao Vice-Rei de Portugal de 17.11.1797, apud LAYTANO, Dante de. Corografia da Capitania de Santa Catarina. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 245, out.-dez. 1959.p. 3-187.
- SCHMITT, Elzeário Deschamps (trad.) No "Gaspare": carta de João Schramm (1911). **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIX, n.2, fev.1998.
- SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Os Fundadores de Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XVII, n.8, ago. 1976, p. 307-319.

LIVROS

BLUMENAU, Dr. Hermann. **Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien**. Rudolstadt: G. Froebel Verlag, 1856. Arquivo "José Ferreira da Silva", Blumenau.

BLUMENAU, Dr. Hermann. **Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation**. Rudolstadt: G. Froebel Verlag, 1850.

CANSTATT, Oscar. **Kritisches Repertorium der Deutsch- Brasilianischen Literatur**. Berlin: Ernst Vohsen Verlag, 1902.

CARDOSO, Maria Zilene. **Gaspar, século XIX: as dificuldades para o seu povoamento inicial e a desmistificação de uma dependência**. Florianópolis: UFSC (dissertação de mestrado), 1991. 246 p.

FICKER, Carlos. **Charles Van Lede e a Colonização Belga**. Blumenau: Tipografia "Blumenau em Cadernos", 1972.

GÉRSON, Brasil. **O Regalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1978.

MATTOS, Jacintho Antonio de. **Colonização do Estado de Santa Catharina: dados históricos e estatísticos (1640-1916)**. Florianópolis: Tipografia "O Dia", 1917.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1936. II Tomos.

NEUES KONVERSATIONS – LEXIKON, Staats- und Gesellschafts-Lexikon, herausgegeben von Hermann Wagener. Berlin, 1865. 20. Band, p. 135-138.

PAIVA, Arcipreste Joaquim Gomes de Oliveira. **A Colonização Alemã de São Pedro de Alcântara**. Florianópolis: Tipografia da Livraria Moderna, 1929.

PHILIPPI, Aderbal João. **São Pedro de Alcântara: a primeira colônia alemã de Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995. 367p.

PIAZZA, Walter F. **A Colonização de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. Lunardelli, [1980?].

RIBEIRO, Boanerges. **Protestantismo no Brasil Monárquico.** São Paulo: Pioneira, 1973.

SILVA, José Ferreira da. **O Doutor Blumenau.** Florianópolis: EDEME/ Paralelo 27, 1995.

STURZ, J. J. Die Auszüge aus Herrn Blumenau's Briefen. **Die deutsche Auswanderung und die Verschleppung deutscher Auswanderer.** Berlin: Fr. Kortkamp Verlag, 1868. p. LXV-XC.

SUDHAUS, Fritz. **Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert.** Hamburg: Hans Christian Verlag , 1940.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. **Metodologia das ciências sociais.** Vol. 1. São Paulo: Cortez; Ed. da Unicamp, 1992.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia.** São Paulo: Moraes, 1989.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. **Metodologia das ciências sociais.** Vol. 2. São Paulo: Cortez; Ed. da Unicamp, 1992.